



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VALERIA YANELA PABLO LOPEZ

ENTRE SENTIDOS E DESAFIOS: TRAJETÓRIAS LABORAIS DE TRANSEXUAIS
DA CIDADE DE FORTALEZA, CEARÁ

FORTALEZA

2020

VALERIA YANELA PABLO LOPEZ

ENTRE SENTIDOS E DESAFIOS: TRAJETÓRIAS LABORAIS DE TRANSEXUAIS
DA CIDADE DE FORTALEZA, CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia
Área de concentração: Psicologia Social do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L859e Lopez, Valeria Yanela Pablo.
Entre sentidos e desafios: trajetórias laborais de transexuais da cidade de Fortaleza, Ceará / Valeria Yanela Pablo Lopez Lopez. – 2020.
90 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de PósGraduação em Psicologia, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.
1. Transexualidade. 2. Mercado de trabalho. 3. Psicologia social do trabalho. I. Título.
- CDD 150
-

VALERIA YANELA PABLO LOPEZ

ENTRE SENTIDOS E DESAFIOS: TRAJETÓRIAS LABORAIS DE TRANSEXUAIS
DA CIDADE DE FORTALEZA, CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia Área de concentração: Psicologia Social do Trabalho.

Aprovada em: 28/07/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maxmiria Holanda Batista
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Juliana Frota da Justa Coelho

Aos meus pais, Ketita e Platini, por terem me preparado para enfrentar a vida com humildade, verdade e honra.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, ao professor doutor Cássio Adriano Braz de Aquino, meu orientador, por todo o apoio durante a realização deste trabalho e pela forma como me acolheu, respeitando todas minhas condições de tempo e me transmitindo sempre a confiança necessária para concluir esta investigação.

Ao Deus que eu acredito, que não discrimina, não desampara e não julga.

Aos meus amados pais, Ketita e Platini, que têm acreditado em mim mais do que eu mesma e que independentemente dos quilômetros de distância que hoje em dia nos separam, eles sempre serão meu refúgio seguro.

Aos meus irmãos, Ma. Paula, David e Isa, por quem eu lutaria até ficar sem forças.

A Glauber, por ter me incentivado durante toda essa extensa jornada acadêmica, mas, principalmente, na jornada da vida, me fazendo acreditar no meu potencial e compreendendo, pacientemente, meus melhores e piores dias.

A minha supervisora de trabalho e amiga, Roberta, por ter sido uma luz no meu caminho, sem seu apoio e confiança esse trabalho não teria sido possível.

Aos meus companheiros de jornada diária, Acácia, Deiziane, Gardênia, Levi e Raynara, por terem aprendido a compreender meus dias mais exaustos, respeitando e apoiando todas minhas decisões.

A Evelyn e Haroldo, que estiveram do meu lado ajudando a amenizar as eventuais dores desse processo e da vida.

Aos meus amigos, Luana, Nirvana, Mateus, Marina, Jéssica, Sarah, Bell, Renata e todos os demais que me acompanham de longe e de perto, que com cada jeito particular de ser me ensinam o real significado de amizade e empatia.

Ao NUTRA e todos seus membros, por me acolherem sempre com respeito.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, por me permitir desenvolver este valioso trabalho.

Por fim, mas não menos importante, a Lis e Aurora, que me deram o privilégio de escutar suas histórias de vida, possibilitando que essa pesquisa existisse hoje.

Fazer pactos com o nada ou aprender a lidar com tudo?
Autoconhecimento não funciona para fazer do vazio do nada a suficiência do tudo.
Tudo ou nada?
Só dois caminhos não bastam. (Ika Eloah).

RESUMO

O presente estudo investigativo se propõe a identificar e analisar os desafios e sentidos atribuídos ao trabalho por transexuais, através da compreensão de suas trajetórias laborais na cidade de Fortaleza, Ceará, pondo em destaque que as pesquisas sobre a diversidade sexual e de gênero têm revelado, no decorrer do tempo, traços de uma sociedade heteronormativa que rejeita e discrimina as pessoas que não se encaixam nos padrões culturalmente impostos. Assim sendo, destacamos a perspectiva laboral por compreender o trabalho como uma atividade que cumpre funções psicossociais importantes na vida. Para tanto, a investigação foi organizada em duas etapas. No primeiro momento, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a transexualidade e sua relação com o mundo laboral, objetivando alcançar um apanhado teórico que sirva de base para as reflexões. Em um segundo momento, efetuamos entrevistas com duas transexuais residentes na cidade de Fortaleza, Ceará. O método utilizado no segundo momento da investigação foi a História de Vida com base na abordagem da Psicossociologia Clínica, no intuito de apreender as articulações entre a história individual e a história coletiva. Este estudo revelou que transexuais ainda se deparam com inúmeros obstáculos para enfrentar o mercado laboral e serem aceitas nele, dificuldades que, muitas vezes, têm início muito antes dessas pessoas se candidatarem a uma vaga de emprego, levando-as a criarem diversas estratégias de sobrevivência. Entretanto, o trabalho permanece como componente central na vida dessas pessoas atribuindo sentidos e desenvolvendo funções psicossociais importantes nas suas vivências.

Palavras-chave: Transexualidade. Mercado de Trabalho. Psicologia Social do Trabalho.

ABSTRACT

This investigative study aims to identify and analyze the challenges and meanings attributed to work by transsexuals, through the understanding of their work paths in the city of Fortaleza, Ceará, enticing that the research on sexual and gender diversity has revealed, over time, traces of a heteronormative society that rejects and discriminates against people who do not fit in the culturally imposed standards. Therefore, we highlight the work perspective for understanding work as an activity that fulfills an important psychosocial function in life. Thus, the investigation was organized in two stages. At first, we carried out a bibliographical survey on transsexuality and its relationship with the working world, aiming to achieve a theoretical overview that serves as a basis for the reflections. In a second stage, we conducted interviews with two transsexuals living in the city of Fortaleza, Ceará. The method used in the second stage of the investigation was The Life History based on the approach of Clinical Psychosociology, in order to apprehend the articulations between the individual and the collective history. This study revealed that transsexuals still front numerous obstacles to face the labor market and to be accepted into it, difficulties that often start long before these people apply for a job, leading them to create many survival strategies. However, work remains a central component in the lives of these people, attributing meanings and developing important psychosocial functions in their experiences.

Keywords: Transsexuality. Labor Market. Social Psychology of Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais.
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais.
CFM	Conselho Federal de Medicina.
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Internacional de Doenças.
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos Mentais).
GRAB	Grupo de Resistência Asa Branca.
HUCFF	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.
IFCE	Instituto Federal do Ceará.
LGBT	Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais.
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
ONG	Organização não governamental.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SINE	Sistema Nacional de Emprego.
SUS	Sistema Único de Saúde.
UECE	Universidade Estadual do Ceará.
UFC	Universidade Federal do Ceará.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	GÊNEROS INCONFORMES: DESVENDANDO OS CAMINHOS TEÓRICOS	18
2.1	Corpo, sexo e gênero: analisando os conceitos	18
2.2	Transexualidade: é possível defini-la?	23
2.3	Reflexos de uma sociedade excludente: transexualidade, heteronormatividade e inserção laboral	32
3	O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDAMENTAL DA EXISTÊNCIA HUMANA	39
3.1	O trabalho e suas múltiplas funções psicossociais	39
3.2	Mercado de trabalho e transexualidade	41
4	PERCURSO E BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA	48
4.1	A base metodológica: Psicossociologia Clínica	48
4.2	O método: História de Vida	49
5	HISTÓRIAS DE VIDA	52
5.1	Lis	52
5.2	Aurora	67
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	90

1 INTRODUÇÃO

Seria equivocados pensar que as discussões sociais em torno da sexualidade humana ainda permanecem imutáveis desde as últimas décadas até hoje em dia. Percebe-se que a diversidade sexual e de gênero vem se tornando, cada vez mais, visível e dinâmica, obrigando-nos a romper com o binarismo socialmente implantado e aceito durante anos na nossa sociedade, masculino e feminino, permitindo-nos ultrapassar os limites desses dois únicos extremos e possibilitando uma discussão e compreensão mais ampla sobre uma pluralidade sexual.

De acordo com Petry e Meyer (2011), toda essa extensa discussão contemporânea acerca da sexualidade, tem provocado intensos debates políticos, sociais, acadêmicos e tecnológicos, colocando em jogo as noções essencialistas sobre gênero, sexo, sexualidade e identidade. Graças a isso, os estudos que questionam o fundamentalismo biológico dos sexos e defendem as identidades de gênero como sendo uma construção social têm aumentado, trazendo à tona novas formas de vivenciar o feminino e o masculino e possibilitando maior e melhor acesso a esse conhecimento.

Contudo, ao mesmo tempo em que, por um lado, percebemos que os debates acerca da sexualidade crescem e lutam para ganhar um espaço mais visível e com maior voz, por outro, como defende Bento (2008), ainda permanecemos em uma sociedade heteronormativa que ensina e afirma a sexualidade heterossexual como sendo a "normal".

A heteronormatividade, conforme Petry e Meyer (2011), se configura como caráter regulador e normatizador acerca dos modos de ser e de viver os desejos do corpo e da sexualidade, levando em consideração o que está socialmente estipulado para as pessoas, desde uma visão biologicista e determinista, na qual há apenas duas possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana: feminino/fêmea ou masculino/macho. Esse modo de representação do gênero e a sexualidade é a definição da coerência tida como "natural" entre sexo-gênero-sexualidade, o que significaria que cada sexo só poderia interessar-se pelo sexo oposto.

Portanto, uma vez que a heteronormatividade é caracterizada por essa linearidade natural que as pessoas deveriam seguir, deste modo, ela também acaba situando e definindo os demais sujeitos que transgridem essas normas esperadas e se apropriam de outras formas de sexualidade e de gênero, como é o caso das pessoas transexuais. Quando nos referimos à heteronormatividade como condição que também situa os demais sujeitos que não se

enquadram nela, entendemos que, se a mesma é tida como “normal”, tudo o que está fora dela seria compreendido, conseqüentemente, como “anormal”.

Nas palavras de Coelho (2009), inclusive, desde muito cedo, as pedagogias de gênero e sexualidade, se encarregam de acompanhar o preparo do corpo, por meio de normas e restrições, para que este se desenvolva de acordo com uma vida referenciada na heterossexualidade, sendo este acompanhamento iniciado na infância e dando continuidade aos demais momentos do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, essa matriz heterossexual mediante a qual são formados os sujeitos é um processo excludente que produz de forma simultânea, tanto os sujeitos reconhecidos com identidades inteligíveis, assim como também os seres abjetos, sendo estes últimos aqueles que, ao não serem reconhecidos como sujeitos, por não terem identidade inteligível (de acordo com a norma heterossexual, corpos cuja existência parece não importar), serão lançados para o limite exterior do campo dos sujeitos, formando o exterior constitutivo dos mesmos (BUTLER, 2002).

Quando a autora se refere aos seres abjetos, ela faz referência de forma mais precisa àquelas zonas invisíveis e inabitáveis da vida social que, apesar disso, estão fortemente habitadas por aqueles que não gozam da hierarquia dos sujeitos, porém cuja condição de viver abaixo do signo de invisível é necessária para circunscrever a esfera dos sujeitos. Em outras palavras, a formação de um sujeito com base no processo da heteronormatividade, exige uma identificação com o sexo normatizador, e essa identificação acontece por meio de um tipo de repúdio que reproduz um campo de abjeção. Tal repúdio se faz necessário para que o considerado “sujeito normal heteronormativo” possa emergir (BUTLER, 2002).

Portanto, considerando este fato social, seria pouco prudente fechar os olhos diante de uma realidade que mostra a existência de uma diversidade sexual que foge desse padrão culturalmente imposto, "transgredindo" as regras da "normalidade", como é o caso das pessoas transexuais. Esse fato, desafia o que foi socialmente estipulado com relação à norma tida como “normal” e demonstra que a prevista relação gênero-sexo-sexualidade não pode e nem deve ser entendida como linear e “natural”.

De acordo com Jesus (2012), as pessoas transexuais são reconhecidas dentro da categoria de pessoas transgênero, sendo este um termo que, no Brasil, ainda não alcançou um consenso para melhor defini-lo, contudo, de acordo com a autora, tomando por base estudos de especialistas e militantes, o mesmo pode ser reconhecido como a diversidade de maneiras de viver o gênero, havendo dois aspectos participantes na dimensão transgênero, enquanto

manifestações distintas da condição: “a vivência do gênero como identidade (o que caracteriza transexuais e travestis) ou como funcionalidade (representado por crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas)” (JESUS, 2012, p. 7).

Assim, para compreender de forma mais adequada a pessoa transexual, de acordo com Jesus (2012), é necessário entender a transexualidade como uma questão de identidade e não como uma doença mental, nem perversão sexual e muito menos como doença contagiosa. De acordo com a autora, é relevante entender que a transexualidade é apenas uma condição como tantas outras, a qual pode ser reconhecida por uma parte das pessoas transexuais desde a infância, outras de forma mais tardia, e isso varia pelas mais distintas razões, principalmente as sociais. Ao falar do reconhecimento desde a infância, lembramos as palavras de Nery (2011):

Sofro como uma desgraçada desde os quatro anos de idade quando comecei a me entender como gente e descobri querer e não poder ser um menino. Naquela época, não questionava nem via claro como hoje. Mas fui percebendo que, quanto mais crescia, mais as coisas pioravam. Nunca me senti mulher nem me adaptei a este corpo. (NERY, 2011, p. 134).

A transexualidade seria, portanto, um exemplo de "não identificação", uma vez que ela rompe com a ideia de sexo relacionado ao gênero, ou seja, as pessoas transexuais são aquelas que não se identificam com o gênero associado ao seu sexo biológico e dessa forma fogem, através de suas expressões corporais, transformações estéticas e do ser social, das normas impostas pela sociedade, ultrapassando assim as compreensões heteronormativas de gênero e sexualidade (BENTO, 2008).

Dessa forma, por exemplo, “mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher, homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem” (JESUS, 2012, p. 8). Contudo, conforme explanado, esta categoria e as pessoas que nelas se identificam, ainda se encontram inseridas em um sistema heteronormativo que as acusa de "anormais" por fugirem do regime de verdade absoluta imposto socialmente, gerando, portanto, inúmeras exclusões, discriminações e preconceitos que começam no âmbito familiar, passando pela experiência escolar, ambiente laboral e na sociedade como um todo (MARTENDAL, 2015).

A partir dessa realidade, surge a necessidade de aprofundar os conhecimentos em relação à vida das pessoas transexuais e, nesta pesquisa, especificamente, objetivou-se identificar os desafios e sentidos atribuídos ao trabalho por transexuais através da análise de

suas trajetórias laborais na cidade de Fortaleza, Ceará, considerando os desafios sócio laborais que essa população enfrenta atualmente.

De acordo com Silva (2012) e Martendal (2015), acredita-se que a tentativa de inserção social desse coletivo, é atravessada por preconceito e discriminação, obrigando-os a escolherem outros caminhos para sobreviverem, quase sempre marcados por uma precariedade, como exemplo, a prostituição. Ao mesmo tempo, partimos do pressuposto de que o trabalho é uma esfera central na vida dos indivíduos (ANTUNES, 2009), uma vez que ele possibilita o desenvolvimento de múltiplas funções psicossociais e, portanto, acarreta diversos sentidos para a existência (COELHO, 2012; GARRIDO, 2006).

O interesse por esta investigação iniciou com pesquisas anteriores realizadas durante a Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará em 2016, por meio de um trabalho de monografia que buscava compreender a relação entre a mulher transexual e sua inserção no mercado formal de trabalho. Nessa pesquisa, foi possível a obtenção de dados relevantes relacionados às limitações que atravessam a vida de pessoas trans quando buscam inserção, principalmente, no mercado laboral formal. Mas, para além disso, tal pesquisa permitiu, fundamentalmente, conhecer mais a fundo as vulnerabilidades que persistem na realidade de mulheres transexuais no Brasil, sendo isso o que abriu o caminho para renascer o interesse por aprofundar essa investigação atual, tendo por base um posicionamento mais compromissado e claro sobre o tema pesquisado.

Ao falar em compromisso, nos referimos mais especificamente a uma melhor compreensão e reflexão sobre o tema e o lugar de fala de quem escreve: mulher branca, cis, estrangeira, classe média e que busca, de alguma forma, ampliar a discussão de outras mulheres que historicamente têm sido silenciadas. Valer ressaltar que ao usar o termo “lugar de fala”, fazemos referência ao debate trazido pela filósofa Djamila Ribeiro, quem exemplifica que “o fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus social* consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares dos grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Assim como destaca Freitas (2019), ao fazer uma leitura da filósofa supracitada, que busca desmitificar a ideia de que só tem direito de falar sobre determinada questão quem vivencia aquilo, posto que isso tornaria o debate limitado e isolado apenas à compreensão de suas vítimas e não atinge as estruturas de poder. Portanto, para a autora, expandir determinadas discussões para além do seu lugar de posição social, não significa abandonar esse lugar de fala, isso não seria possível posto que todos nós partimos de um lugar,

entretanto, é relevante que as discussões possam ir além de quem é apenas atingido por elas, pois isso faz com que esse outro reflita sobre seu próprio lugar social, “[...] Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos” (RIBEIRO, 2017, p. 86). Assim sendo, é possível, neste caso, que a mulher cis discuta e problematize sobre a mulher trans desde que saiba estar situada no seu lugar de fala, isto é, desde que consiga compreender sua posição privilegiada e que o protagonismo de luta é o da mulher atingida pela transfobia, por exemplo.

Portanto, consideramos este trabalho uma expansão e/ou continuação do anterior, haja vista que trago nele muitos traços da pesquisa passada que teve alguns resultados acadêmicos significativos, no entanto, não houve publicação da mesma por escolha particular da pesquisadora.

No atual trabalho de investigação, procuramos articular conhecimentos e experiências que possam contribuir para uma análise adequada sobre o tema citado, com o intuito de reconhecer as demarcações existentes nesse processo relacional de transexuais e o mundo laboral e, a partir disso, posteriormente, pensar em estratégias voltadas à facilitação da integração de transexuais no mundo laboral. Como defende Andrade (2012), quanto mais diversificado e amplo for este campo de estudo, maior será a possibilidade de compreender pessoas trans e pensar em técnicas que possam amparar esse público em suas vulnerabilidades, considerando que as mesmas são construções sociais impostas a essas vidas.

Vale ressaltar que, embora o intuito principal desta investigação seja identificar os desafios e sentidos atribuídos ao trabalho por transexuais, não limitaremos nosso estudo apenas à área laboral, analisaremos também, na medida do possível, a realidade das pessoas transexuais para além do trabalho, haja vista que, as mesmas lutam e resistem contra o discurso necropolítico instaurado no Brasil, que insiste em reforçar a invisibilização das identidades trans no geral.

O conceito de necropolítica aqui citado se refere a uma política existente que é centrada na produção da morte em larga escala (HILÁRIO, 2016), sendo configurada como uma tecnologia de poder de gestão e produção da morte, isto é, os modos de morrer são gerenciados em uma dimensão econômica e simbólica. Pressupondo, assim, que a expressão máxima de soberania é ditar quem pode viver e quem deve morrer. Tal contexto se faz cotidiano e se explica em um cenário onde existe uma lógica de segregação colonial dos espaços, uma produção de ódio, indiferença e medo (MBEMBE, 2017).

No Brasil, transexuais e travestis formam um grupo de exacerbada vulnerabilidade à morte violenta e prematura, tendo uma expectativa de vida apenas de 35 anos de idade (SILVA *et al.*, 2018). Tal condição de vulnerabilidade, geralmente, é incrementada pelos espaços laborais quase sempre precários aos quais essas pessoas são relegadas, conforme veremos mais adiante, colocando esse público em um lugar desprotegido, alvos das discriminações no país (BOMFIM, 2014) e tornando o trabalho como mais uma dimensão de fragilização para essas vidas. Torna-se necessário, portanto, estudar as histórias de vidas dessas pessoas inseridas nesse cenário de violência que as expõe, diariamente, à morte social e física, o que também justifica a metodologia escolhida para nosso estudo, como explicaremos posteriormente.

Esses dados, sem dúvida, são motivo urgente e suficiente para nos levar a tentar compreender quais são os fenômenos psicossociais que estão intervindo nesse processo de gerenciamento e produção da morte desses sujeitos também, haja vista que, “as mortes das travestis e mulheres transexuais se inscrevem em uma lógica ordenada de representação do poder e na forma como seus corpos e vidas são compreendidas como dispensáveis socialmente” (SILVA *et al.*, 2018, p. 51). Portanto, torna-se necessário enfatizar o preconceito e a discriminação que atravessam a vida de transexuais, como variáveis socioculturais importantes na compreensão dos processos de saúde e padecimento psicológico vivenciados por essas pessoas (BRASIL, 2013).

Conforme explanado, elegemos como objetivo principal de nosso trabalho identificar os desafios e sentidos atribuídos ao trabalho por transexuais através da compreensão de suas trajetórias laborais na cidade de Fortaleza, Ceará, sendo este perpassado pelos seguintes objetivos específicos: (1) Realizar um levantamento teórico sobre as discussões contemporâneas de gênero, sexualidade, transexualidade; (2) Compreender os impactos da diversidade sexual no mundo laboral e sua relação com outras dimensões da vida do sujeito; (3) Analisar psicossocialmente as narrativas de vida de transexuais com foco na área laboral.

Enfatizamos que a escolha por estudar apenas a categoria da transexualidade, dentro das outras existentes e que também fogem das normas da heteronormatividade (travestis, gays, lésbicas, etc.), se deu pelo fato da mesma confrontar o modelo heteronormativo de forma bastante visível e pertinente, ou seja, é através da relação que transexuais estabelecem com seus corpos, que trazem à tona marcas que mostram uma ruptura com a concepção binária de gênero, colocando essas pessoas dentro da sociedade brasileira

como objetos de extrema discriminação, isto é, como inapropriadas para a aceitação social (LEITE JÚNIOR, 2012).

No intuito de situar o leitor diante do que será exposto, apresentamos agora a base de como está dividido este trabalho, explanando os principais aspectos desenvolvidos em cada capítulo. Apresentamos, assim, este primeiro capítulo de caráter introdutório onde abordamos algumas questões atuais e iniciais acerca das discussões sociais sobre a transexualidade, assim como também as motivações e justificativas que influenciaram para desenvolver este trabalho de investigação.

No segundo capítulo realizamos, primeiramente, um apanhado teórico sobre questões relacionadas a sexo, gênero e sexualidade para, em seguida, apresentar um levantamento mais detalhado e pontual sobre a transexualidade e suas compreensões na sociedade brasileira, o que nos permitiu, finalmente, pontuar mais especificamente alguns reflexos dessa sociedade que concluímos ser excludente, principalmente ao lidar com as categorias da transexualidade, heteronormatividade e inserção laboral.

Em um terceiro momento, explicamos de forma mais compromissada qual a importância e sentidos do trabalho na vida dos indivíduos, no intuito de correlacionar a relevância entre a transexualidade e o mercado de trabalho. Para isso, realizamos uma discussão teórica do trabalho como categoria fundamental da existência humana, abordando alguns temas de interesse como as múltiplas funções psicossociais que o trabalho aporta, discutimos a situação atual do mercado de trabalho e os reflexos dele para com as pessoas transexuais.

No quarto capítulo apresentamos o percurso metodológico usado para alcançar os devidos objetivos deste trabalho, detalhando a construção da pesquisa, o perfil das participantes e a forma de acesso a elas. Assim mesmo, apresentamos e justificamos a escolha do método científico selecionado: a História de Vida que, por meio de entrevistas com transexuais, objetivou conhecer, analisar e compreender suas histórias de vida com ênfase nas trajetórias laborais.

No quinto capítulo, apresentamos os relatos das histórias de vida das nossas duas participantes, realizando as associações entre as percepções e sentidos da própria história particular contada por elas e o levantamento teórico previamente realizado durante o trabalho investigativo. Detalhando, assim, uma construção e análise mais completa sobre as questões teóricas apontadas e a realidade das histórias de vida das entrevistadas.

Por fim, no sexto e último capítulo, apresentamos as considerações finais sobre os resultados obtidos no decorrer do presente estudo, buscando sintetizar adequadamente os

frutos de nossa análise, resgatando, primeiramente os objetivos deste trabalho, no intuito de avaliar se todos eles foram alcançados satisfatoriamente. Assim mesmo, colocamos nossas dificuldades, implicações e novas possibilidades de estudos sobre o tema em questão.

2 GÊNEROS INCONFORMES: PERCORRENDO OS CAMINHOS TEÓRICOS

As discussões acerca das pessoas transgênero têm tido um considerável crescimento nos últimos anos, o que não significa dizer, necessariamente, que a luta e resistência de pessoas trans seja recente, conforme destaca Veras (2019), o contexto histórico que faz referência a essa visibilidade vem sendo transformado no decorrer dos anos entre o tempo das perucas e o tempo dos hormônios, diversificando o discurso acadêmico, enfrentando desafios e reescrevendo a história a partir de outros e/ou novos paradigmas.

No Brasil, por exemplo, o assunto invadiu a mídia, as falas do cotidiano, as revistas científicas e culturais, havendo uma repentina banalização do assunto que chega a ser surpreendente (JORGE; TRAVESSOS, 2018). Contudo, apesar disso, o preconceito e os estereótipos para esse grupo ainda são muitos, percebe-se que a temática ainda se configura como um tema permeado de dúvidas, uma vez que a sexualidade humana continua sendo uma categoria que ao debatê-la carrega inúmeros rótulos, gerando, na maioria das vezes, conceituações estigmatizantes acerca de terminologias como sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros. Diante disso, no presente capítulo, buscaremos, primeiramente, tentar esclarecer e definir alguns conceitos relevantes que envolvem o fenômeno da sexualidade humana para poder, posteriormente, procurar compreender melhor a transexualidade, objetivando debater melhor sua relação com o mundo laboral, conforme proposta desta pesquisa.

2.1 Corpo, sexo e gênero: analisando os conceitos

O conceito de gênero tem sido historicamente definido como diferente de sexo. De acordo com a biologia, o que define o sexo de uma pessoa é o tamanho das suas células reprodutivas, isto é, as pequenas ou espermatozoides, fazem referência ao macho e as grandes ou óvulos, se referem à fêmea. Entretanto, isso não é o que define o comportamento masculino ou feminino das pessoas, quem se encarrega de estabelecer essa definição do comportamento é a cultura. Para entendermos, portanto, o masculino ou feminino usamos o conceito de gênero. Logo, sexo é biológico e gênero é social (JESUS, 2012). Significa dizer que o conceito de gênero é culturalmente construído e o sexo é naturalmente adquirido.

Reforçando essa mesma linha de pensamento, Silva (2012), descreve o sexo como a diferença comum entre macho e fêmea, configurando-se, portanto, como uma caracterização conforme a anatomia e a fisiologia do ser humano, isto é, se a criança nasce com pênis, é um

macho, se com vagina, é uma fêmea. Por outro lado, para ela, o termo gênero ultrapassa o aspecto biológico, configurando-se como uma construção social. Dito isto, entende-se o gênero feminino como o papel social voltado às mulheres e gênero masculino como o papel social dos homens.

Conforme ressaltado por Coelho (2009), a criança que está por nascer, mesmo antes da sua chegada no mundo, já carrega um destino traçado previamente, fundamentado em todas as normas e características culturais do que seria ser homem ou mulher, limitando a possibilidade dessa criança seguir unicamente um desses dois caminhos, masculino ou feminino. Assim sendo, “além desses caminhos, restariam apenas os descaminhos, desvios da rota do que é considerado saudável e natural para o humano” (COELHO, 2009, p. 19).

Desta forma, por exemplo, aqueles que se desviam da rota, do caminho pretensamente traçado e regido pelos códigos e normas culturais heteronormativos, acabam sendo, na maioria das vezes, analisados com diagnósticos científicos e terapêuticas corretivas, regidas por hierarquias naturalizadas, mas que podem ser recriadas de acordo com a atualização do discurso científico ou dos movimentos sociais organizados (BUTLER, 2012; COELHO, 2009).

Percebe-se, conforme descrito anteriormente, que essa dualidade entre macho e fêmea, entre a relação de que sexo é biológico e gênero é cultural, ainda é muito presente socialmente e entre as discussões de autores interessados no estudo do sexo, gênero, corpo, transexualidade, etc. Por esse motivo, trazemos essa explanação neste trabalho como forma de mostrar a forte presença e determinação dessa dualidade entre os estudos e análises de pessoas “desviadas” que têm sido discutidos no decorrer do tempo.

Contudo, toda essa definição histórica da divisão entre sexo e gênero tem fundamentado também as políticas e teorias feministas, permitindo o surgimento de questionamentos que discutem essa dualidade de forma muito pertinente, sendo esta a nossa inclinação e posição diante do presente estudo que visa também, dessa forma, poder rever os conceitos enraizados durante séculos na dualidade macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino. Tendo em consideração que esse ponto de vista de uma identidade sexual binária, onde cada qual deve se comportar e condicionar do lado dos homens ou das mulheres, segundo o sexo biológico, vem sendo colocada em questão nos últimos anos, posto que a identidade sexual de um sujeito pode se modificar durante sua vida e as pessoas transexuais são a exemplificação viva dessa mudança (VALE, 2005).

Para isso, tomamos por referência os estudos de Butler (2012), onde a autora problematiza e desconstrói a dualidade sexo/gênero, afirmando que, ao partir da premissa que sexo é natural e gênero é construído, "nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino" (BUTLER, 2012, p. 26). O que a autora argumentou foi que, diferentemente do que estava sendo defendido, o gênero seria um fenômeno variável, volátil e contextual, que não designaria um ser substantivo, "mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes" (BUTLER, 2012, p. 29).

Desde esse ponto de vista, percebe-se a discordância entre o fato de que só é possível associar gênero à cultura e sexo à biologia, portanto, a autora busca desfazer essa dicotomia sexo/gênero. Para Butler (2012), a pretensa coerência entre um sexo, um gênero e um desejo ou prática que se mostram obrigatoriamente heterossexuais, seria o que ela denomina uma "ordem compulsória", isto é, se a criança tiver vagina, é uma menina e será condicionada a sentir atração por meninos, portanto, ressalta-se aqui justamente a necessidade de subverter essa ordem compulsória, desfazendo a obrigatoriedade e linearidade entre sexo, gênero e desejo.

Assim mesmo a autora evidencia que a manutenção da ordem compulsória acontece pela repetição de gestos, atos e signos, do âmbito cultural, que reforçam a construção dos corpos masculinos e femininos da forma como os enxergamos atualmente, isto é o que a autora denomina de uma questão de performatividade (BUTLER, 2012). Ou seja, como reforça Piscitelli (2013), o gênero é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados, portanto, este não deve ser simplesmente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo precedentemente dado (BUTLER, 2012).

Assim sendo, tendo isso em mente, ao pensarmos nas pessoas transexuais, compreendemos que elas fazem parte do grupo que subverte essa ordem de coerência compulsória previamente estabelecida, pondo em jogo a análise de que não existe uma natureza feminina ou masculina na pessoa para além dos atos, gestos e signos que são apenas reproduzidos por ela.

Portanto, mesmo que a estrutura dos sexos evidencie uma binaridade, o gênero não deve ser identificado da mesma forma ou como um reflexo do sexo anatômico, pois isso o tornaria, de fato, algo tão fixo e determinado quanto os aspectos biológicos. Sugere-se tratar o sexo como performativo, interpretado culturalmente e sobre o qual se constrói artificialmente o gênero, ou seja, como algo produzido e tão construído quanto este último (BUTLER, 2012).

Nesse sentido, pode-se considerar que o gênero vai além do sexo, ou seja, o que prevalece na determinação do que é ser homem ou mulher, não são as genitálias ou os

cromossomos, mas a autopercepção e a maneira como a pessoa se expressa socialmente. Adotar ou não determinados papéis de gênero pode independer dos órgãos genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais (JESUS, 2012).

A respeito disso, Mélllo (2012) complementa que, nesse sentido, o gênero não seria um atributo inerente a uma natureza humana predeterminada proveniente de uma constituição biológica, seja uma identidade feminina ou masculina, mas gênero constitui-se como modelo cultural edificado a partir de relações historicamente fundadas.

Por outro lado, encontramos com frequência na literatura e no cotidiano terminologias como identidade de gênero, papel de gênero, desordem de identidade de gênero que, por vezes, podem gerar certas dúvidas a respeito de seus significados. Para isso, usaremos as palavras de Athayde (2001) no intuito de esclarecer suas definições. De acordo com a autora citada, a identidade de gênero é a convicção interna de masculinidade ou feminilidade, o papel do gênero é o estereótipo cultural do que é masculino ou feminino e, por último, desordem da identidade de gênero é quando existe uma denominada discordância entre o sexo biológico e sua identidade de gênero. Desta forma, segundo Jesus (2012), para algumas pessoas, vivenciar um gênero socialmente discordante do sexo é uma questão de identidade, sendo este o caso das pessoas transexuais, por exemplo, categorizadas dentro do grupo chamado de “transgênero”. Por fim, cabe ressaltar também, que a expressão orientação sexual faz referência à atração física e emocional que sentimos por alguém, podendo ser por pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto ou de ambos os sexos (COSTA, 1994).

Apesar de todas essas diferenças e delimitações, na nossa sociedade ainda prevalece a regra da heterossexualidade considerada como a “normal”, conforme descrito na introdução deste trabalho. Posto que, como defende Mélllo (2012), historicamente, o corpo tem sido considerado como inerte, como sensível à uma composição material essencial que o autodefine como algo natural e biológico, independente de práticas culturais. Da mesma forma, a sexualidade do corpo persiste também como sendo natural, o que significa dizer que “existimos em corpos biologicamente definidos pela natureza como sendo masculinos e femininos; corpos considerados naturalmente sexuados e a pressuposta prova material disso é a diferença nas genitálias” (MÉLLO, 2012. p. 198).

Nessa perspectiva, o autor defende que uma vez que os corpos são criados como inertemente sexuados, o que significa dizer que são predeterminados pela natureza e sendo as genitálias as determinantes principais, conseqüentemente, é concebida a ideia de que a união natural e normal desses corpos é de homem com mulher. Assim, a heterossexualidade é implantada como modelo de normalidade, acarretando consigo funções sociais consideradas

“naturais” para homens e para mulheres e classificando como patológico o que estiver fora desse padrão.

Essa configuração da heterossexualidade como um padrão de normalidade que ultrapassa meras discussões entre as diferenças dos sexos, tem reforçado os movimentos feministas, por exemplo, que procuram ampliar as discussões relacionadas às questões de gênero e buscam a libertação do corpo (MÉLLO, 2012).

Contudo, apesar de alguns avanços que, de acordo com o autor supracitado, aparentemente retiram o conteúdo biologicista da sexualidade, por outro lado:

A perspectiva de gênero leva adiante a afirmativa de que, algumas vezes, o “sexo biológico e o psicológico não coincidem”. Como se houvesse uma essencialização do “sexo psicológico” ou como se este antecedesse ou precedesse o “sexo biológico”, nos mostrando de novo que a binaridade corpo-alma e a noção de corpo inerte, depositária antes de um sexo e agora de gênero, insistem e persistem nas nossas relações. (MÉLLO, 2012. p. 200).

Em outras palavras, o sistema binário masculino/feminino, cria e recria a ideia de que gênero espelha o sexo e, conseqüentemente, todas as demais esferas constitutivas dos sujeitos estão ligadas a essa determinação natural inicial (BENTO, 2008). Diante disso, os estudos referentes à sexualidade e ao gênero têm procurado debater e questionar de forma mais ampla e dinâmica os limites impostos pela abordagem biométrica e essencialista das diferenças entre homens e mulheres. Conseqüentemente, foi gerada a possibilidade de pensar no que somos para além da anatomia e genitália do corpo, proporcionando, assim, a possibilidade de refletir sobre como as identidades sexuais e as de gênero são gestadas e sua relação com as normas comportamentais esperadas para cada corpo sexuado (SANTOS, 2014).

De acordo com Bernini (2012), toda essa maneira binária de compreender o gênero tem bases no determinismo da ciência moderna, na qual se entende que as variações da estrutura sexual macho ou fêmea seriam existências contra a natureza, as quais são estabelecidas como desviantes e como minorias por não seguirem o padrão. O autor aponta ainda que os registros da existência dos indivíduos intersex ou hermafroditos, como eram chamados na antiguidade, são justamente a prova de que a natureza de nossa espécie é também transexual. Dessa forma, a transexualidade ou transgeneridade, não deve ser considerada como desvio do “natural”, mas como desvio da imposição social que se instaurou dentro de estruturas maiores de poder (BERNINI, 2012).

Portanto, o levantamento teórico realizado até aqui nos permite concluir que a perspectiva de gênero surge como algo socialmente construído e que tem sido associado diretamente ao corpo sexuado biológico-natural, o que torna, ambas concepções, fixas e inertes. Porém, ao pensar na possibilidade da existência de uma identidade de gênero diferente em função do sexo naturalmente adquirido, amplia-se o cenário para questionar se existe um sexo e mesmo um corpo anterior à cultura ou se, afinal, tudo engloba uma construção social que fabrica tais concepções heterocentradas. Desta forma, entendemos que todas estas categorias são dignas de análises e não livres de questionamentos.

Posto isto, no próximo tópico, tentaremos buscar uma melhor compreensão da transexualidade, partindo da ideia de diferentes autores que debatem sobre o tema e sendo conscientes que as definições que têm sido atribuídas a esta categoria, estão intimamente entrelaçadas às concepções de corpo, sexo e gênero que foram definidas até aqui.

2.2 Transexualidade: é possível defini-la?

Aproximar-nos da discussão sobre a transexualidade na contemporaneidade é uma ação que nos leva, primeiramente, a recuar sob registros da literatura antiga que abordavam o tema da sexualidade humana desde a época da antiguidade grega. Para isso, tomaremos por base o estudo de Leite Júnior (2008) onde o autor explana que até aproximadamente o século XVII, ser homem ou mulher não tinha como distinção principal a atribuição genital. Na Idade Média e no Renascimento, o discurso sobre a ambiguidade sexual estava todo voltado na relação com o mundo espiritual, onde a figura do hermafrodita era considerada uma representação de uma ordem superior.

Portanto, considera-se como recente a representação da sexualidade como binária, isto é, dividida em feminina e masculina. De acordo com Laqueur (2001 *apud* Coelho, 2009), no ocidente, até o final do século XVIII, prevalecia um modelo de sexualidade que concebia a existência de um único sexo, conhecido como “*one-sex-model*” ou monismo sexual. Desta forma, o homem era considerado como a representação do modelo anatômico perfeito e a mulher como um homem invertido, onde a vagina é figurada como um pênis interno, os lábios como prepúcio, o útero como escroto e os ovários como testículos.

Com o surgimento da modernidade, que se instaura junto de mudança política, social, econômica e epistemológica, surge o afastamento do mágico e do sobrenatural e há uma inclinação para uma nova estruturação científica, dando início a uma busca intensiva

sobre o verdadeiro sexo que procura definir quem é homem e quem é mulher por meio de debate científico (LEITE JÚNIOR, 2008).

Desta forma, com a chegada do iluminismo, diferentemente de como era concebido antes, as diferenças relacionadas ao corpo e à sexualidade passam a ser marcantes e claras. A ciência procurou detectar essas diferenças por meio da biologia, se afastando da ordem cósmica e mística (COELHO, 2009).

Assim, a diferença sexual, passa a ser analisada não somente de acordo com as características visíveis dos corpos, mas também acompanhada de uma psicologia da diferença que se instaura na época das luzes e começa a ordenar e reproduzir diferenças morais relativas a comportamentos femininos e masculinos, baseados nas exigências da sociedade burguesa, imperialista, nacionalista, capitalista e colonialista estabelecida pelos países europeus (SILVA, 2000).

Desta forma, se estabelece um novo modelo que reconhece dois corpos marcadamente diferentes e que ressalta não somente as divergências das sexualidades feminina e masculina como também os comportamentos culturalmente concedidos a cada um deles, configurando-se, portanto, como um momento significativa da reformulação das relações de gênero. (COELHO, 2009). Assim, se desenvolve o sistema binário masculino/feminino, onde o homem deve representar comportamentos masculinos e a mulher os comportamentos femininos.

Em contrapartida aos termos e conceitos historicamente defendidos, nasce o termo transexual. De acordo com a literatura, a pessoa transexual é aquela que se identifica e procura reconhecimento de pertencimento a um gênero diferente do que lhe foi atribuído em função de sua genitália. Para compreender a transexualidade, torna-se de fundamental importância aceitar que o sexo biológico-natural e as características físicas dos indivíduos não determinam a identidade sexual-gênero ou a percepção que este tem de si mesmo (BENTO, 2006).

O primeiro transexual homem assumido no Brasil, João Nery, no seu livro “Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois”, destaca que, mesmo antes de existir o conceito de transexualismo, ele já se sentia um homem no corpo de uma mulher, com um físico inexpressivo e que, embora muitas pessoas o categorizassem dentro da homossexualidade, não era dentro desta categoria que ele se enxergava, de acordo com ele, “desconhecia outra “categoria” na qual pudesse me enquadrar e tampouco sabia de pessoas iguais a mim. Sentindo-me um fenômeno único e sem amparo de explicações, travava uma batalha tenaz contra a marginalização” (NERY, 2011, p. 41).

Por tanto, tentar compreender a transexualidade nos exige, primeiramente, ir de encontro com as convenções sociais que nos foram impostas em relação à masculinidade e à feminilidade. Conforme citado acima, nossa sociedade ainda sustenta a heterossexualidade como sendo a norma, portanto, compreender a transexualidade é revelar, como defende Bento (2006), que as pessoas que reivindicam o pertencimento a um gênero diferente daquele que lhes foi imposto ao nascer, que solicitam cirurgias de transgenitalização e que afirmam não se reconhecerem no próprio corpo, são expulsas de casa, não conseguem trabalhar, não conseguem estudar e são excluídas do campo social como um todo, posto que suas afirmações repercutem em todas as instituições sociais como sentenças enunciadas por uma pessoa transtornada.

O aparecimento do termo transexual ocorreu no ano de 1923, em um estudo realizado por Hirschfeld, onde também foram discutidos, de forma genérica, outros conceitos como travesti e homossexual. Contudo, o real avanço no conceito e estudo relacionados à transexualidade se deu pelo psiquiatra e endocrinologista Harry Benjamin, no ano 1966, através da sua publicação intitulada "The transexual phenomenon", na qual foi lançada a possibilidade de adaptação do corpo e da mente, provocando a rediscussão da transexualidade como a associação entre a normalidade biológica e a convicção de pertencer ao sexo oposto (DOMINGUEZ *et al.*, 2011).

A transexualidade é descrita por Bento (2008), como uma experiência identitária que se caracteriza pelo conflito existente entre as normas de gênero, revelando uma divergência com tais normas, uma vez que as mesmas são fundadas no dimorfismo, nas idealizações e na heterossexualidade. Compreende-se, portanto, que a transexualidade pode ser definida como a situação que é gerada quando uma pessoa apresenta uma anatomia sexual com a qual não se identifica em termos de funções sociais impostas e esperadas para essa anatomia biologicamente adquirida.

Ressalta-se, ainda, que dentro do espectro transgênero podem ser reconhecidas as categorias mulheres transexuais, homens transexuais e transexuais não-binários. Assim, homem transexual faz referência a uma pessoa que nasce com o sexo biológico e atributos de mulher, porém se identifica e se sente um homem. No caso da mulher transexual, refere-se a uma pessoa que nasce com o sexo masculino, mas se identifica e se sente uma mulher. As pessoas transexuais não-binárias também se encontram deslocadas do sexo que lhes foi designado ao nascer, podendo vincular suas identidades ao masculino, ao feminino, a nenhum deles, a ambos, ou a um e depois outro alternadamente (GIMENES, 2017).

Alguns autores como Sampaio e Coelho (2012) definem a transexualidade como a experiência de vivenciar uma dissonância entre o sexo e o gênero. Ou seja, tomando como exemplo a mulher transexual, esta nasce com o sexo biológico do homem, mas se identifica com o gênero feminino. Gostaríamos de aproveitar aqui, para insistirmos na importância do pensamento de Butler (2012), que busca desconstruir o paradigma naturalista do sexo binário, afastando a ideia do sexo como natural, mas como algo construído pela própria cultura e o gênero como um fenômeno mutável e contextual. Possibilitando compreender as expressões de pessoas transexuais, por exemplo, como rupturas diante do modelo heteronormativo do sexo binário.

Constatamos que essa procura constante por um equilíbrio entre mente e corpo, conforme descrita por alguns autores transexuais produz um sofrimento na vida dessas pessoas, “desespero de querer nascer, não de novo, mas pela primeira vez” (NERY, 2011, p. 102). Além disso, essa constatação nos leva a pensar se a própria ideia de harmonia/desarmonia ou ajuste/desajuste não seria uma mera consequência das construções sociais, uma vez que, como descrito acima, a experiência identitária da transexualidade só revela um conflito existente entre as normas de gênero, visto que as mesmas são fundadas no dimorfismo, nas idealizações e na heterossexualidade, isto é, na dicotomia homem/mulher.

Consideramos importante trazer essa ideia de equalização entre mente e corpo que, conforme explanado, ainda é muito presente na literatura, para ressaltar que a transexualidade ainda é discutida como se o “problema” dela estivesse no corpo e não nas relações de poder. De acordo com Foucault (2005), a sexualidade é um dos dispositivos de poder que perpassa a história da humanidade, que busca penetrar e adestrar os corpos de forma cada vez mais minuciosa, possuindo o domínio das populações de maneira cada vez mais global, uma vez que atua nos modos de ascensão e controle dos corpos e prazeres. Dessa forma, a invenção da sexualidade obedece à normatização do corpo por meio de regras previamente estabelecidas pela sociedade em diferentes momentos históricos. Portanto, ao tentar compreender o fenômeno da transexualidade, é necessário, primeiramente, entender que gênero e sexualidade são construções sociais que sofrem influência do tempo histórico, cultural e político (SILVA; MELO, 2017).

Existem inúmeros autores que historicamente têm procurado definir a transexualidade de forma precisa e, de acordo com Bento (2013), todas essas teorizações em torno dessa temática ocorreram concomitantemente com discussões sobre a melhor forma de tratamento, constituindo-se num processo que culminou na compreensão médica da transexualidade como doença e da cirurgia como o tratamento adequado, ou seja, na tentativa

de recuperar essa “harmonia” tida como normal, uma vez que o sujeito transexual também “deve” corresponder às expectativas impostas socialmente para o seu sexo anatômico (SOUZA; BERNARDO, 2014).

O manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5 (2014) classifica as pessoas transexuais como portadoras de "Disforia de Gênero", caracterizado como um diagnóstico que descreve os indivíduos que apresentam uma diferença marcante entre o gênero experimentado/expresso e o gênero atribuído.

De acordo com a matéria publicada no site da Organização das Nações Unidas Brasil (2018), a Organização Mundial de Saúde – OMS (2018) oficializou que, a partir da nova edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças-CID 11 (2019), a transexualidade seria retirada, após 28 anos, da categoria de “transtornos mentais” para integrar a categoria de “condições relacionadas à saúde sexual” e classificada como “incongruência de gênero”. Na anterior versão, CID 10 (1993), a incongruência de gênero estava incluída em condições de saúde mental.

A Organização Pan-Americana de Saúde (2019) por meio de matéria publicada informou que a nova versão da CID 11 (2019), já foi apresentada em maio de 2019, durante a Assembleia Mundial da Saúde, onde os Estados Membros concordaram em adotar esta nova versão revisada da CID, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Ressalta-se que o termo “incongruência de gênero”, nesta nova versão, se refere a indivíduos que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, isto é, é caracterizada por uma incongruência acentuada e persistente entre o sexo experiente de um indivíduo e o sexo atribuído, o que, frequentemente, leva a um desejo de “transição”, para viver e ser aceito como pessoa do desejado gênero, através de tratamento hormonal, cirurgia ou outros serviços de saúde que possibilitem que o corpo do indivíduo se alinhe, tanto quanto desejado e, na medida do possível, com o gênero vivenciado (CID 11, 2019).

Considerando que, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (2019), a CID é a base para a identificação de tendências e estatísticas de saúde em nível mundial e o padrão internacional para relatar doenças e condições de saúde, a mudança ocorrida na categoria da transexualidade pode ser considerada como um avanço para este público ao ser retirada do capítulo de transtornos mentais, porém ainda se perpetua um poder médico sobre esses corpos. Percebe-se que a retirada da transexualidade do quadro de patologias pode contribuir para um maior respeito dessas identidades diversas, ou seja, onde as pessoas têm mais autonomia para vivenciar as identidades de gênero distintamente

daquelas que historicamente é esperado para cada pessoa, portanto, o objetivo final continua sendo a correção de um considerado “desvio”.

Com relação aos avanços percebidos neste campo, O Conselho Federal de Psicologia - CFP publicou, ainda em 2018, a Resolução CFP nº01/2018, que orienta a atuação profissional de psicólogos no Brasil para que transexualidades e travestilidades não sejam consideradas patologias, impedindo o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas que reforcem preconceitos, estigmas, estereótipos ou qualquer tipo de discriminação. Percebe-se que o CFP vem mostrando, mesmo antes das resoluções da OMS, a devida articulação com os estudos e novos conhecimentos que envolvem as questões relacionadas ao gênero (BRASIL, 2018).

Contudo, o conhecimento dos psicólogos no que tange ao fenômeno da transexualidade ainda está em construção, alguns profissionais ainda confundem os construtos de orientação sexual e identidade de gênero, por exemplo, embora CFP lute pela despatologização dessas identidades (SILVA; MELO, 2017).

De acordo com Souza (2012), se por um lado a medicina tem contribuído com a possibilidade de alcançar o “equilíbrio” desejado pelas pessoas transexuais, por meio da redefinição do corpo, por outro lado, apresenta a parte negativa desta questão, pois emite um diagnóstico que tende a considerar a/o transexual antes como um doente e/ou portador de transtorno e agora como um incongruente “desviado”, minimizando, por um lado, certas dificuldades na vida dessa pessoa, porém, ainda rotulando-as e encaixando-as dentro de um padrão socialmente esperado.

De acordo com Costa (1994), até aproximadamente o final dos anos 1960 existia a ideia de que esse tipo de comportamento poderia ser revertido com terapia, porém, após a publicação de um importante caso médico, tal afirmação perdeu seu valor. O caso ficou conhecido quando um dos filhos gêmeos de uma mulher americana, que teve seu pênis amputado por acidente durante uma cirurgia quando bebê, foi submetido a uma cirurgia de reconstrução de sexo ainda quando criança. Assim sendo, a criança passou pelo processo cirúrgico e foi criado com vagina, usando hormônios e fazendo terapia, no intuito de crescer física e socialmente como uma menina. Contudo, alguns anos depois, houve a necessidade de reconstrução de sexo novamente (reconstrução do pênis), pois ele se identificava com o gênero e sexo masculino. Assim, em consonância com Silva (2012), este estudo é relevante para confirmar a impossibilidade de impor uma identidade de gênero.

A luta pela legalização da cirurgia de redesignação sexual no Brasil começou no ano de 1971 e de acordo com a psicóloga Marlene Inácio (1998), esse acontecimento

começou quando alguns médicos do Hospital das Clínicas de São Paulo se manifestaram nessa batalha, pois estavam extremamente sensibilizados com a quantidade de pessoas que procuravam esse tipo de cirurgia devido à inconformidade e desespero que sentiam. Portanto, ressaltamos que a luta vem das pessoas trans, ao abordar essa temática da legalização da cirurgia, inserimos os fatos dos médicos sensibilizados que apoiaram esta luta pela legalização, mas sem tentativa de desmerecer ou retirar a validade do esforço e dedicação das próprias pessoas transexuais. Assim sendo, este grupo de pioneiros pressionou o governo para a regulamentação das intervenções médicas. Finalmente, em 1979, foi aprovado um projeto de lei pela Câmara e pelo Senado, mas vetado pelo presidente João Batista Figueiredo.

Segundo Bento (2013), somente duas décadas depois, o Conselho Federal de Medicina - CFM emitiu a Resolução 1.482/97 que aprovou e regulamentou a realização das cirurgias de transgenitalização. Tal Resolução vigorou até 2002, sendo revogada pela Resolução 1.652/2002, que trouxe algumas alterações. Por sua vez, em 2010 a Resolução 1.652/2002 também foi revogada, passando a vigorar a partir de então a Resolução 1955/2010. Nessa atual Resolução, o CFM resolve:

Art.1º Autorizar a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo.

Art.2º Autorizar, ainda a título experimental, a realização de cirurgia do tipo neofaloplastia.

Art.3º Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- 1) Desconforto com o sexo anatômico natural;
- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- 4) Ausência de outros transtornos mentais. (Onde se lê “Ausência de outros transtornos mentais”, leia-se “Ausência de transtornos mentais”)

Art. 4º Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto:

- 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo;
- 2) Maior de 21 (vinte e um) anos;
- 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.

Art. 5º O tratamento do transgenitalismo deve ser realizado apenas em estabelecimentos que contemplem integralmente os pré-requisitos estabelecidos nesta resolução, bem como a equipe multidisciplinar estabelecida no artigo 4º.

- 1) O corpo clínico destes hospitais, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, deve ter em sua constituição os profissionais previstos na equipe citada no artigo 4º, aos quais caberá o diagnóstico e a indicação terapêutica.
- 2) As equipes devem ser previstas no regimento interno dos hospitais, inclusive contando com chefe, obedecendo aos critérios regimentais para a ocupação do cargo.
- 3) Em qualquer ocasião, a falta de um dos membros da equipe ensejará a paralisação de permissão para a execução dos tratamentos.

- 4) Os hospitais deverão ter comissão ética constituída e funcionando dentro do previsto na legislação pertinente.
- 6) Deve ser praticado o consentimento livre e esclarecido.
- 7) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CFM nº 1.652/02. (BRASIL, 2010).

Em 2008, o Ministério da Saúde instituiu que as cirurgias de transgenitalização fossem custeadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS, por meio da Portaria 1.707/2008, a qual foi revogada, em 2013, pela Portaria 2803/2013, que trouxe uma redefinição e ampliação do Processo Transexualizador no SUS (BRASIL, 2013). Da mesma forma, a Secretaria de Atenção à Saúde também emitiu a Portaria 457/2008 que expõe as regulamentações de tratamento da transexualidade pelo SUS (BRASIL, 2008).

Na atualidade, as práticas de atenção à saúde de pessoas transexuais no Brasil são realizadas por diversos serviços assistenciais ligados às universidades públicas. Conforme notícia veiculada pelo Portal Brasil (2015), os hospitais habilitados junto ao SUS para a realização do Processo Transexualizador são: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia; Hospital de Clínicas de Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Fundação Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo e Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife.

Ao falar nesse tratamento e processo de mudança como um todo, vale ressaltar os principais motivos que levam o sujeito a decidir se submeter a tal procedimento. Autores como Athayde (2001), ressaltam que as pessoas transexuais, quando decidem começar o processo da cirurgia, fazem-no por sentirem uma necessidade em ajustar o seu corpo físico à sua autoimagem, no intuito de criar um corpo que esteja em consonância com sua realidade subjetiva. Para Sampaio e Coelho (2012), essa desconformidade é, portanto, o principal motivo que leva ao desejo de realizar cirurgias como neocolpovulvoplastia, caracterizada como o procedimento de mudança do sexo masculino para o feminino e a faloplastia, caracterizada como a mudança do sexo feminino para o masculino. Entretanto, de acordo com Oliveira (2010, p. 20) "para qualificar um transexual considera-se suficientes mudanças provocadas por tratamento hormonal, sem ser necessária intervenção cirúrgica".

Mais uma vez, fica evidente que essa necessidade de ajuste do corpo com a mente provoca uma experiência de desconformidade, dor e sofrimento para as pessoas transexuais. A respeito disso, Inácio (1998) descreve que os conflitos psicológicos dessas pessoas são incalculáveis e geradores de ansiedade pelo alto preço que a sociedade impõe, um exemplo é o a apresentação de documentos que se torna motivo de invariáveis constrangimentos.

Portanto, quando o indivíduo não consegue, naturalmente, corresponder às expectativas impostas socialmente para o seu sexo anatômico, recorre a processos cirúrgicos e/ou hormonais para adaptar seu corpo à sua condição psicológica. (SOUZA; BERNARDO, 2014). Cabe aqui nossa análise para tentar compreender até que ponto estas mudanças corporais que implicam processos cirúrgicos são, de fato, um desejo destas pessoas ou são meras imposições sociais onde a mulher só é considerada mulher quando tem vagina e o homem quando tem pênis. Mesmo com os impactos que as mudanças corporais podem acarretar, o desejo parece ser relativamente intenso:

Tinha consciência dos perigos e das sequelas que as cirurgias poderiam acarretar. Sem dúvida, o saldo continuava sendo positivo. Não me tornaria nenhum Apolo, mas poderia fazer coisas a que, até então, só a fantasia me dava acesso. Principalmente, ser visto e tratado como me via. Talvez até poder um dia legalizar minha situação e viver definitivamente em paz com a sociedade. Perderia a profissão de psicólogo, meu curriculum vitae, meu histórico de vida e, quem sabe, o afeto de pessoas queridas, mas ainda assim compensava. Agora seria tudo ou nada! (NERY, 2011, p. 131).

Trouxemos até aqui várias reflexões teóricas a respeito da definição do que seria a transexualidade de acordo com diversos autores, para exemplificar que, mesmo com tantas variações nos paradigmas que refletem sobre essa temática hoje em dia, assim como também no evidente crescimento a respeito da visibilidade e reconhecimento das pessoas transexuais no Brasil, ainda assim, “a autodeterminação de pessoas de gêneros inconformes ainda pode ser considerada um direito extremamente precário, e nem sempre reconhecido de maneira plena” (VERGUEIRO, 2015, p. 50).

Ficando evidente que esses discursos acerca da transexualidade, tem constantemente dependido de conceitos e linguagens criadas por médicos, acadêmicos, pesquisadores, etc., que tomaram como seu objeto de estudo as pessoas transexuais. Usando como base da normalidade os atributos heteronormativos e criando, a partir disso, conceitos e identidades trans associadas a diálogos feitos a partir de relações de poder desiguais e assimétricas (SERANO, 2009 *apud* VERGUEIRO, 2015).

Dito isto, aproveitamos para ressaltar que este é apenas um dos motivos pelos quais consideramos de extrema relevância usar o método de História de Vida neste trabalho, a ser considerado também como estratégia possibilitadora de fala (para além dos próprios autores transexuais aqui referenciados), não apenas no que diz respeito à área laboral, mas no que se refere à auto identificação como pessoa transexual, conforme será explicado nos próximos capítulos deste trabalho. A seguir, abrimos espaço para discutir as grandes

consequências de condutas discriminatórias para com transexuais, uma vez que as mesmas são a ruptura do padrão heteronormativo que rege a nossa sociedade. Iniciaremos também nossa ligação dessa rejeição, inclusive, na área laboral, mas fazendo um apanhado geral de tudo que se configura como antecedente ao trabalho em si, instituições diversas que perpassam e direcionam a vida do sujeito.

2.3 Reflexos de uma sociedade excludente: transexualidade, heteronormatividade e inserção laboral

Uma vez feita a respectiva teorização sobre o assunto, tomamos as palavras de Martendal (2015) para voltar a nossa reflexão sobre a sociedade que, mesmo com todos os direitos e reconhecimentos até hoje garantidos para transexuais, continua procurando responder a uma norma heterossexual.

Uma sociedade que é fundamentada na perspectiva biologicista e determinista que, como defende Bento (2008), ensina e afirma a sexualidade heterossexual como sendo a "normal", através das instituições sociais que criam corpos heterossexuais, fundamentados na crença de que são determinados pela natureza, faz-se relevante pensar no sofrimento e destino daqueles que fogem deste padrão, que não se identificam com esse sexo biológico, nem com esse regime de verdade imposto socialmente.

Conforme visto até aqui, os indivíduos transexuais pertencem àquela categoria que não se encaixa no que foi socialmente estipulado e naturalizado, sendo, conseqüentemente, alvos de inúmeras discriminações e agressões nas mais diversas áreas de suas vidas. De acordo com Arán *et al.* (2008), pode-se considerar como a principal fonte de sofrimentos de transexuais a não aceitação proveniente das normas culturais vigentes em nossa sociedade.

A respeito disso, os autores ressaltam algumas conclusões feitas a partir de uma pesquisa realizada com transexuais no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - HUCFF, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ:

Todas as pacientes relatam uma condição de intenso sofrimento psíquico, que aparece sob a forma de tentativas de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angústia das mais diversas formas o que é provocado não apenas pelo conflito de não pertencimento ao sexo biológico como também pelas inúmeras conseqüências sociais intrínsecas a esta condição. A psiquiatria costuma descrever estas experiências como co-morbidade. Porém, não podemos perder de vista em que contexto estes sintomas aparecem, já que na transexualidade o risco de

patologização de um problema social está sempre presente (ARÁN; Zaidhaft; Murta, 2008, p. 74).

Por outro lado, Souza (2012), ao pesquisar a vida cotidiana de mulheres transexuais, constata que um ponto considerado como grande causador de constrangimentos para as pessoas transexuais é a resistência que as instituições têm para a utilização do nome social. A respeito disso, a autora explica que:

Apesar de haver resoluções na maioria dos Estados e em diversos municípios brasileiros que asseguram o direito da pessoa ser chamada por um nome que expresse a sua identidade de gênero (nome social), muitas instituições não respeitam isso e continuam utilizando o nome que consta no registro geral de identidade (nome civil), desrespeitando o desejo do indivíduo e ignorando sua caracterização física e identificação de gênero (SOUZA, 2012, p. 70).

Vale fixar e ressaltar a importância do profundo significado que o nome traz para a vida dos sujeitos. Conforme destaca Andrade (2012), o nome é algo que incorpora diversos significados simbólicos tanto para o sujeito que se enxerga de uma forma, mas que seu nome lhe impõe outras interpretações, assim como para o coletivo social no qual esse indivíduo está inserido. Essa realidade, de acordo com a autora, é motivo de exposição a situações desconfortáveis e constrangedoras, ao ponto de muitas pessoas preferirem usar codinomes, apelidos ou o nome social.

Da mesma forma, o uso do banheiro destinado para seu sexo biológico é outra situação extremamente constrangedora para as pessoas transexuais. Desde os primeiros anos de vida, ainda nos espaços escolares primários, onde as pessoas transexuais, além de serem vítimas de constantes brincadeiras maldosas, não se sentem à vontade nem mesmo para frequentar o banheiro correspondente ao seu sexo anatômico (BENTO, 2006). Essa situação de constrangimento se perpetua no tempo e se mantém durante os caminhos percorridos por essas pessoas, não ficando isentas disso quando ingressam no campo laboral formal ou informal, uma vez que, "a autorização, por parte das empresas, para a utilização do nome social no ambiente de trabalho é realizada de forma individual e extremamente burocrática" (SOUZA, 2012, p. 87).

Percebe-se, assim, que a vida das pessoas transexuais é permeada de obstáculos e discriminações, principalmente no Brasil. Em matéria da revista Fórum (2014), Bento, caracteriza o Brasil como o país do transfeminicídio, o que ela define como uma política intencional, disseminada e sistemática de anulação da população trans, movida pelo ódio e nojo. De acordo com dados do jornal eletrônico O Globo (2018), o Brasil é o país que lidera o

ranking dos países que mais mata transexuais do mundo, conforme os dados do relatório da Organização não governamental - ONG *Internacional Transgender Europe*, que destacou que entre 1º de outubro de 2017 e 30 de setembro de 2018, 167 transexuais foram mortos no Brasil. A pesquisa, feita em 72 países, classificou o México em segundo lugar, com 71 vítimas, seguido pelos Estados Unidos com 28 e Colômbia com 21.

Por outro lado, Bomfim (2014), em estudo voltado às questões de gênero, direitos trabalhistas e transexuais femininas, mostra-nos o quanto esse público se encontra desprotegido das mazelas discriminatórias no País, apesar das regras que garantem a liberdade, a igualdade e o tratamento isonômico dos cidadãos em face dos princípios e garantias elevados pela ordem constitucional instituída pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Para essa autora, a discriminação pode ocorrer por diversos motivos, contudo, uma causa principal é o fato de observar o outro como diferente da regra geral de comportamento que rege as pessoas consideradas "normais", sendo essa diferença o que motiva a discriminação.

Tal discriminação para com o sujeito transexual começa desde muito cedo, perpassando o âmbito familiar, o escolar e, posteriormente, o profissional. Diante disso, Souza e Bernardo (2014) destacam que:

As dificuldades das mulheres transexuais costumam se iniciar na família, desde tenra infância, com a vigilância e a punição para que se adaptem ao comportamento tido como ideal para o seu sexo anatômico. Contudo, essas dificuldades ganham uma dimensão ainda maior nos espaços da educação formal (SOUZA; BERNARDO, 2014, p. 162).

Da mesma forma, Bento (2011), ao falar da escola, a caracteriza como uma instituição incapaz de lidar com a pluralidade e as diferenças dos alunos, gerando uma mera reprodução dos padrões heteronormativos e machistas que dominam a sociedade. A mesma autora destaca que, uma vez que as instituições exigem uma conduta e aparência que corresponda ao sexo anatômico, as pessoas (alunos) que não conseguem se adaptar a essa norma, passam a sentir pressão, desrespeito e outros tipos de abusos que têm como consequência o abandono dos estudos:

Na escola, a heteronormatividade é usada como referencial para explicar as outras afetividades aglutinadas em torno de um prefixo (homo) que, dependendo do sufixo (ismo), pode se transformar em um preconceito clínico (homossexualismo), que pode transformar os diferentes em iguais (entre si) e os supostos iguais em desiguais (quando comparados com os outros) (ANDRADE, 2012, p.119).

Diante disso, torna-se relevante repensar nos pressupostos que as instituições escolares estão reproduzindo hoje em dia e que influenciarão, principalmente, no “amanhã” dos sujeitos transexuais. A respeito disso, Junqueira (2014) destaca que:

Historicamente, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos tributários de um conjunto de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou contagioso) quem não se sintoniza com os arsenais cujas referências eram (e são) centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”. (JUNQUEIRA, 2014, p.101).

Assim sendo, em consonância com o autor supracitado, dentro do espaço escolar, é frequente a circulação de preconceitos diários para quem não se enquadra nos delineamentos da “normalidade”, culminando em discriminações de ordens diversas. A respeito disso, Andrade (2012) ainda ressalta que, na maioria das vezes, a negação do diferente é imperceptível para os indivíduos, estando, portanto, presente na escola de forma subjetiva, levando os sujeitos a traçar um caminho no decorrer da história, padronizado e considerado “normal” nos mais diversos âmbitos, desde procedimentos de avaliação, de ensino, de linguagens, currículos e até nas relações interpessoais. Ressaltamos aqui a importância dessas constatações, principalmente, por elas guardarem uma relação direta com o mundo do trabalho, dado que a escola apresenta um papel formador e de preparação para ingresso no mercado laboral, sendo, portanto, agente fundamental desse processo, conforme veremos a seguir.

De acordo com Souza (2012), mesmo não existindo dados estatísticos oficiais que exemplifiquem as evasões escolares dos grupos que compõem a diversidade sexual, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, garante que o coletivo que mais padece discriminação na escola é o de transexuais e travestis, calculando que a evasão escolar seja de aproximadamente 73% dessa população.

Conforme destaca Lopes (1997 *apud* ANDRADE, 2012), a sexualidade está na escola, isso é inquestionável, justamente porque ela faz parte dos sujeitos, portanto, ela não é algo que pode ser desligado ou algo do qual existe a possibilidade de se desfazer. Contudo, é inaceitável, que dentro do âmbito escolar se perpetuem relacionamentos com os diferentes sobre o domínio do inatingível, do mítico, do utópico e do normatizador.

Conforme dito, ressalta-se este ponto como marcante na vida dessas pessoas e trouxemos uma explanação mais profunda da escola, pois, acredita-se que tal marginalização vai acarretar consequências significativas na futura inserção laboral dessas pessoas. Esta

hipótese pode ser sustentada ao analisar a estrutura do mercado formal na atualidade. De acordo com Segnini (2000), a dinâmica do mercado tem sido fortemente alterada e reestruturada nas últimas décadas. Se, por um lado, a difusão intensa de tecnologias, automação, informática e telemática têm contribuído para intensificar a produtividade, por outro lado, as crescentes taxas de desemprego também vêm acompanhando tais mudanças, representando uma flexibilização da força de trabalho, isto é, contratos de tempo parcial, subcontratação, terceirização etc. Assim sendo, para a autora, essa flexibilização é apoiada em um discurso que exige maiores níveis de escolaridade para os trabalhadores e, nesse sentido, ressalta-se que:

A educação e a formação profissional aparecem hoje como questões centrais pois a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, ou seja, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego. (SEGNINI, 2000, p. 73).

Acreditando que a escola, na generalidade, possui um papel prioritariamente instrumental em nossa sociedade, adotando uma postura voltada praticamente restrita à preparação e à formação profissional, objetivando a atender as necessidades do mercado de trabalho, é possível inferir que a relação entre as vivências negativas no contexto escolar e as adversidades de inserção profissional das pessoas transexuais é muito intensa (SOUZA; BERNARDO, 2014).

Portanto, na tentativa de compreender a transexualidade e sua relação com o mercado de trabalho, é de suma importância identificar, primeiramente, que as dificuldades enfrentadas por esse coletivo na área profissional não surgem unicamente pelo rechaço da sociedade heteronormativa para com a pessoa vista como diferente no momento específico de busca de trabalho. Mas, tais dificuldades também têm um vínculo muito forte com o vácuo educacional gerado pelo abandono escolar ao qual, muitas vezes, esse coletivo é submetido e os coloca em situação desfavorável na competição por um posto de trabalho. Vale ressaltar aqui, mais uma vez, o porquê da importância do método História de Vida escolhido para complementar nosso trabalho.

Assim sendo, destaca-se este vínculo da escola e a inserção laboral como importante, pois parte-se do pressuposto que o trabalho é uma esfera significativa na vida dos sujeitos e, portanto, uma vez afetada, interfere diretamente em outros âmbitos da existência. Nesse sentido, Coelho (2008), ao estudar o fenômeno da inserção laboral à luz da Psicologia Social do Trabalho, traz contribuições relevantes com relação ao vínculo fundamental entre

escola e inserção no mercado de trabalho. Para ela, primeiramente, a inserção laboral deve ser compreendida como um processo e um momento de transição psicossocial primordial na construção da subjetividade dos indivíduos e, portanto, implica em sua definição a ideia de socialização para o trabalho, o que significa dizer que tal processo experimenta um momento de movimentação para um contato com o trabalho em diversos sentidos.

Desse modo, a socialização para o trabalho é compreendida como um processo que se conserva durante toda a vida dos indivíduos, sendo interferida por diversos agentes encarregados de transmitir normas sociais e culturais. É justamente nesse sentido que se destaca a escola como um dos agentes fundamentais desse processo (COELHO, 2008).

De acordo com a autora supracitada, tanto a escola quanto quaisquer outras instituições de formação procuram mostrar a função que o trabalho desempenha em nossa sociedade, inserindo o interesse pelo trabalho como um valor e, assim, contribuindo na construção do significado do trabalho na vida dos indivíduos. Coelho (2008) também destaca que:

Além da construção do significado de trabalho, que estaria em um nível mais geral de atuação, essas instituições têm um papel fundamental de transmitir conhecimentos técnicos e acadêmicos para o desempenho de atividades específicas no futuro. Ela é um dos lugares onde o jovem pode adquirir ferramentas básicas a partir das quais ele possa seguir construindo o seu caminho no mundo do trabalho (COELHO, 2008, p. 34).

A partir disso, infere-se o quanto a escola possui um papel relevante na vida dos sujeitos, principalmente, ao pensarmos na futura inserção laboral dos mesmos. Ao compreendermos essa inserção laboral como um processo que acompanha a vida das pessoas, acredita-se que uma vez que tal processo se vê afetado na tenra infância, como no caso das pessoas transexuais, tal condição afetará a inserção laboral futura das mesmas.

Portanto, se compreendemos o trabalho como uma esfera que ocupa um papel central na nossa sociedade, sendo um instrumento de integração social, sustento, identidade e outras funções psicossociais (ANTUNES, 2009; COELHO, 2012; GARRIDO, 2006), entendemos que o afastamento do mercado laboral, em uma sociedade que é regida pelo consumismo e competição, causa consequências tanto objetivas quanto subjetivas na vida dos indivíduos (BERNARDO; BULL; NOGUEIRA, 2011).

Por este motivo, no próximo capítulo, buscamos explicitar sobre a importância e os sentidos do trabalho na vida dos sujeitos no intuito de compreender as repercussões da

vivência do rechaço e da dificuldade/impossibilidade de inserção laboral na vida das pessoas transexuais.

3 O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDAMENTAL DA EXISTÊNCIA HUMANA

No presente capítulo foi realizado, primeiramente, um resgate teórico que evidenciasse a importância e os sentidos do trabalho para o homem, partindo da ideia de Marx (2004), Marx e Engels (2007), que define o trabalho como uma categoria fundamental da existência humana, sendo a atividade afirmadora da vida, pois forma a existência dos indivíduos e instaura-lhes um caráter social, funcionando como fator de mediação entre o homem e a natureza, entre o homem e o “si mesmo”. Logo em seguida, tratamos sobre o vínculo que as pessoas transexuais têm com o mercado de trabalho, no intuito de evidenciar como acontece esse movimento de trajetória laboral e quais as consequências geradas nesse processo na sociedade atual.

3.1 O trabalho e suas múltiplas funções psicossociais

Ao afirmar que o trabalho é uma esfera fundamental na vida dos seres humanos que permite a formação da existência dos indivíduos e possibilita o estabelecimento de um caráter social, confirma-se que através dele o homem molda sua essência, visto que, é por meio dessa relação com a natureza e com os demais seres humanos que o homem vai construindo sociedades e reconfigurando a história (MARX 2004; MARX; ENGELS, 2007).

Esta ideia é também sustentada por Antunes (2015) ao afirmar a centralidade do trabalho como condição inerente do ser humano. Para Oliveira (2010), fazendo uma leitura da filosofia marxiana, é no trabalho que se mostra a superioridade humana ante os demais seres vivos, ele seria, então, a realização do próprio homem, a fonte de toda riqueza e bem material.

Pode-se dizer que o trabalho é, além de uma forma de satisfação das necessidades básicas, também uma forma de identificação e inserção social, que coopera no desenvolvimento das potencialidades do ser humano e na procura de um sentido para a sua existência na sociedade. Assim sendo, de acordo com a concepção marxiana, é nesse processo dialético de transformação entre homem e natureza que o homem constrói e modifica sua identidade, possibilitando a internalização da materialidade do mundo e a produção de sentidos pessoais acerca da realidade (OLIVEIRA, 2010).

Ademais, Marx (2004) ressalta que o trabalho, além de ser vital, é também característica própria do ser humano, pois é uma atividade possível de ser diferenciada da

atividade produtiva dos demais seres vivos. Nesse sentido, ao trabalhar, o homem não realiza uma mera atividade animal, instintiva, para satisfazer suas necessidades imediatas, mas envolve consciência, isto é, o homem produz racionalmente. Assim sendo, apesar das necessidades imediatas interferirem na sua atividade, o trabalho não se restringe a essa determinação, o homem consegue planejar e encontrar um sentido no que faz e é justamente essa capacidade que diferencia a atividade produtiva humana da atividade animal.

À luz da Psicologia Social do Trabalho, o trabalho é classificado como multidimensional, extenso e complexo. Sendo uma categoria antropológica-histórica, caracterizada por uma atividade na qual, dentro de um contexto histórico específico, o homem se reconhece enquanto sujeito transformador e passível de ser transformado (AQUINO, 2003).

De acordo com Coelho (2012), ao discutir a categoria trabalho, torna-se relevante, primeiramente, compreendê-lo como categoria psicossocial e de múltiplas funções. Para isso, seus significados devem ser entendidos como realidades construídas socialmente e vinculadas a momentos históricos e culturais específicos. A autora compreende o trabalho como um elemento fundamental de auto-referência que, ao fazer parte da construção da identidade, possibilita um espaço privilegiado para viabilizar a construção do sujeito. Da mesma forma, Álvaro e Garrido (2006), destacam que o trabalho é na atualidade uma das principais fontes de identidade e um dos mais importantes mecanismos de interação das pessoas na sociedade.

Para Bendassolli (2011), a compreensão do fenômeno do trabalho foi sendo moldado em função das linhas metodológicas e teóricas da Psicologia, chegando a desenvolver perspectivas próprias da relação entre a construção subjetiva e o trabalho, isto é, “mesmo dentro de um conjunto de ciências que compartilham o trabalho enquanto objeto, a psicologia desenvolve sua própria visão acerca da relação entre trabalho e a constituição do sujeito e de seus estados psíquicos-chaves” (BENDASOLLI, 2011, p. 76). Uma dessas perspectivas é a social, da qual nos apropriamos nesta investigação e compreendemos que o trabalho cumpre com funções que vão além da mera obtenção de ingressos econômicos, representando uma fonte de identificação que colabora significativamente para definir como será a posição social do indivíduo (COELHO, 2012; GARRIDO, 2006; SOUZA; BERNARDO, 2014). Em outras palavras, o sentido do trabalho não se restringe apenas à atividade profissional regular, assalariada ou remunerada, mas como uma categoria que ultrapassa os limites organizacionais e é incorporado na própria construção subjetiva e social do sujeito.

Assim sendo, é possível inferir, portanto, que as mudanças relativas ao trabalho repercutem em uma série de outras esferas sociais que norteiam a vida das pessoas e das

sociedades. Portanto, esta psicologia entende o trabalho como um recurso para estruturação de processos psíquicos do sujeito, isto é, uma forma do indivíduo formar um significado de si mesmo, e da sociedade onde vive (BENDASSOLLI, 2011). Disso surge a necessidade de compreender, através do discurso dos próprios sujeitos, a sua vivência laboral.

Compreende-se, assim, que a realidade vivenciada no mundo do trabalho provoca, constantemente, múltiplas mudanças na vida do indivíduo e na percepção de si mesmo, existindo um forte vínculo entre os desafios do trabalho na modernidade e a formação da identidade do sujeito (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007; SOUZA; BERNARDO, 2014).

De fato, autores como Jahoda (1979 *apud* Garrido, 2006), destacam que o trabalho impõe uma estrutura temporal na vida diária das pessoas, exige o desenvolvimento de uma atividade, permite a relação com indivíduos que não pertencem ao núcleo familiar, une o sujeito com metas e propósitos que transcendem os seus próprios objetivos e define o *status* social e a identidade dos indivíduos. No que diz respeito ao trabalho e sua relação com o tempo, pode-se dizer que o primeiro é considerado como um dos fatores mais importantes para permitir uma organização temporal na vida das pessoas, portanto, a relação existente entre ambos elementos afeta diretamente a vida dos sujeitos (AQUINO, 2007; COELHO, 2012).

Posto isto, pode-se afirmar que o trabalho é ainda uma dimensão fundamental para analisar o nível de bem-estar das sociedades contemporâneas e das pessoas que a conformam (ÁLVARO; GARRIDO, 2006). De acordo com Antunes (2009), o trabalho é por si só uma atividade vital dentro da história da atividade humana que representa uma marcante luta pela sobrevivência e felicidade social, contudo, se a vida humana se resumisse exclusivamente ao trabalho ela seria também o reflexo de um mundo que aprisiona e aliena. Portanto, o autor descreve que, assim como necessitamos e concebemos o trabalho humano como potencializador e emancipador, devemos também rejeitar o trabalho que aliena e infelicita o ser social. Pode-se considerar, portanto, o estudo do trabalho na contemporaneidade uma questão necessária e crucial, que pode nos permitir adentrar na compreensão dos sentidos da vida dentro do trabalho e para além dele.

3.2 Mercado de trabalho e transexualidade

Partindo da discussão feita no tópico anterior, percebe-se que o trabalho e as múltiplas funções psicossociais que a ele estão vinculadas podem constituir esferas

extremamente significativas na vida dos sujeitos de uma sociedade. Nessa perspectiva, considerando que o trabalho é uma atividade própria e vital do ser humano, constituindo-se, assim, em um direito e necessidade relevante a todas as pessoas, torna-se de suma importância discutir tal atividade quando ela é, na maioria das vezes, negada às pessoas transexuais.

É importante ressaltar que o mercado formal de trabalho ainda fecha suas portas para um número considerável de transgêneros. Assim sendo, a procura por uma vaga no mercado de trabalho formal, que garanta os devidos direitos, é um grande impasse para este público (MARTENDAL, 2015).

Pode-se confirmar essa realidade através de notícias que revelam a mencionada situação. Em publicação da revista Carta Capital (2013), destacam-se dados fornecidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, segundo a qual, no Brasil, 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo hoje em dia. Além disso, é destacado que ainda que elas almejem conseguir um emprego com rotina, horário de trabalho e carteira assinada, o preconceito fica manifesto quando elas se candidatam a uma vaga.

Assim sendo, é de suma importância pensar nos impactos que as pessoas transexuais vivenciam por causa da limitação de inserção laboral, haja vista que, como defende Souza (2012), o trabalho em sua dimensão experiencial afeta a forma de estar no mundo dos sujeitos, isto é, sua subjetividade, portanto, a não possibilidade de inserção nesse contexto acarreta consequências diretamente vinculadas a todas as funções psicossociais anteriormente citadas.

Para compreender melhor essa limitação de inserção laboral que vimos discutindo até aqui, torna-se relevante lembrar a sociedade heteronormativa que categorizamos em linhas anteriores, pois, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade onde o diferente garante sua vaga na linha dos excluídos da família e da escola, por exemplo, tal situação não é distinta ao falar das organizações formais.

Para melhor entendimento deste contexto, Zanelli *et al.* (2004), destacam o quanto as organizações formais apresentam padrões culturais específicos. Muitas das práticas executadas dentro delas estão em profunda relação com a cultura nacional, sendo assim, influenciada por essa. Nesse sentido, pode-se dizer que as organizações formais ainda se apresentam como reflexos das dinâmicas da sociedade, carregando consigo a manutenção de estereótipos heteronormativos. Portanto, conclui-se que, uma vez que evidenciamos o quanto a sociedade atual rejeita os (as) transexuais por não se enquadrarem em normas ditas normais, dentro das empresas esta situação não é diferente, pois elas são também um reflexo dessa conjuntura.

Por outro lado, torna-se relevante discutir, também, o atual contexto capitalista neoliberal, mediante o qual se observa que o mundo do trabalho vem se transformando drasticamente. Os empregos são mais precários, as jornadas mais excessivas, as condições inóspitas de trabalho aumentam, há uma maior exigência de funcionários polivalentes e o adoecimento psíquico é, cada vez mais, silenciado. Diante desse contexto, o ingresso no universo laboral se encontra perpassado pelas marcas desse sistema capitalista neoliberal e sua política de superespecialização e lucros exacerbados como meta (BARBARA, 1999).

Nesse sentido, pode-se dizer que os processos de recrutamento e seleção procuram atender, cada vez mais, as demandas do mercado, isto é, buscam profissionais mais qualificados e com os melhores currículos para estar em consonância com as transformações do mercado laboral e da atual conjuntura capitalista. Diante disso, pode-se pensar que as dificuldades que a pessoa transexual enfrenta para ingressar no mundo formal do trabalho só aumentam, pois, o rechaço encontra-se perpassado tanto pela discriminação do diferente (BOMFIM, 2014) quanto pela carência das qualificações exigidas, fruto das evasões escolares citadas anteriormente.

Ao mesmo tempo, autoras como Adelman *et al.* (2003), destacam que os próprios anúncios de emprego evidenciam que o mercado de trabalho possui uma estrutura segmentada pelo gênero, com base na dicotomia convencional homem/mulher. Desta forma, os próprios processos seletivos estão perpassados por esta divisão, definindo aquilo que um homem ou uma mulher pode ou deve fazer. Para as autoras:

Pessoas com uma ambiguidade de gênero poderiam causar confusão e sentir rejeição, por não se encaixarem facilmente nos nichos que existem no mercado de trabalho. A mesma ambiguidade pode ser vista como algo capaz de perturbar o desempenho da função, principalmente num mundo onde muitas ocupações se exercem vinculadas à apresentação e conservação da imagem (ADELMAN *et al.*, 2003, p. 83-84).

Diante disso, pode-se inferir que nos próprios processos de recrutamento e seleção, enquanto via de entrada às organizações, é possível identificar a presença de transfobia perpassando tais procedimentos. Entende-se aqui a transfobia como o sentimento de repulsa, ódio ou medo com relação a pessoas transgênero (WEINBERG, 1972 *apud* COSTA *et al.*, 2010).

Além disso, sabe-se que histórica e socialmente a divisão sexual do trabalho tem sido considerada como um modo de separação do trabalho social resultante das relações sociais entre os sexos. Tal condição é caracterizada, principalmente, por situar os homens no

campo produtivo e as mulheres no campo reprodutivo, permitindo, concomitantemente, a associação dos homens às funções com maior valor social, por exemplo, políticos, religiosos, militares etc (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Ademais, as autoras supracitadas ainda destacam que tal configuração da divisão social do trabalho é fundamentada por dois princípios que a organizam: o princípio da separação e o princípio hierárquico. O primeiro faz menção à existência de trabalhos destinados somente para homens e outros trabalhos destinados para mulheres, e o segundo princípio refere-se a uma maior valorização do trabalho de homens quando comparado com o trabalho de mulheres. Desta forma, essa ideologia presente na sociedade “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). A respeito desse preconceito e rechaço mais acentuado para com determinado gênero, Amaral (2013) pontua:

A discriminação contra transexuais e travestis femininas é mais marcada do que a dos homens gays, uma vez que a realidade que se impõe em nossa sociedade é não só heterocentrada, mas também machocentrada. Assim sendo, o processo de feminilização destas pessoas é encarado, muitas vezes, como uma afronta dupla: ao binarismo de gênero e à supremacia do sexo masculino, cuja negação acaba por ser bastante execrada. (AMARAL, 2013, p.4).

Outra das dificuldades enfrentadas pelas pessoas transexuais no momento que se candidatam para uma vaga de emprego é referente ao nome social e nome civil, conforme detalhado acima. Ressalta-se que uma grande maioria das pessoas transexuais não possui os devidos documentos pessoais que estejam de acordo com sua identidade de gênero, uma vez que essa desejada troca de nome é permeada de burocracia e o tempo de espera pode ser bastante longo (SOUZA, 2012). Dessa forma, infere-se que no momento de realizar uma apresentação formal, como em um processo seletivo, por exemplo, geralmente a identidade civil reflete uma pessoa diferente da identidade que está sendo expressa corporalmente.

Assim sendo, constata-se que as pessoas transexuais sofrem inúmeros impasses quando procuram conseguir uma vaga de trabalho, as dificuldades enfrentadas por este coletivo são de ordens diversas. Contudo, apesar de todos esses obstáculos, há quem se destaque da maioria e consiga ingressar no mundo laboral formal, mesmo que em postos de trabalho considerados precários e após ter enfrentado diversos desafios e preconceitos tanto nos processos seletivos quanto dentro das organizações (SOUZA, 2012).

Desta forma, de acordo com essa autora, diante dessa realidade enfrentada pelas pessoas transexuais, geralmente, as colocações profissionais deste coletivo acontecem,

principalmente, no mercado informal ou em trabalhos formais, porém, precários. Dentre os campos profissionais mais destacados ocupados por transexuais encontram-se o campo da beleza, da telecomunicação e prostituição, por exemplo.

Posto isto, cabe discutir, então, qual o destino e as medidas estratégicas que esse coletivo adere para garantir a sobrevivência, haja vista que, como levantado até aqui, a maioria das pessoas transexuais vivenciam impossibilidades várias de inserção laboral, sendo afastadas do campo profissional formal e, portanto, sofrendo com a exclusão de algumas esferas sociais, impactando em sua saúde mental, considerando que o trabalho garante esse caráter social e de identidade aos indivíduos, conforme descrito acima (COELHO, 2012; GARRIDO, 2006; SOUZA; BERNARDO, 2014).

Historicamente, a mídia tem se encarregado de associar a transexualidade e travestilidade à prostituição, ao bizarro, à violência, às infecções sexualmente transmissíveis, ao espetáculo e a inúmeros outros temas que têm contribuído para forjar uma imagem da pessoa transexual que a deixa, ainda mais vulnerável ao preconceito e rechaço da sociedade (AMARAL, 2013; SANTOS; MARTINS, 2012). Torna-se indispensável, portanto, analisar de forma mais apropriada o fenômeno da prostituição, principalmente, por ter o conhecimento de que a maioria das transexuais (90%) estão atualmente se prostituindo no Brasil, como já apontado acima, sendo esta atividade a que se apresenta como umas das alternativas de sobrevivência diante dessa vasta gama de dificuldades enfrentadas por transexuais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Assim, partimos da hipótese de que, ao estarmos inseridos em uma sociedade que considera a prostituição como uma atividade anormal, marginal e desvalorizada socialmente, o desenvolvimento desta atividade como uma das poucas alternativas para transexuais pode gerar grande sofrimento psíquico e adoecimento (SOUZA, 2012). Mesmo que a prostituição não se apresente como regra para todas as transexuais, de acordo com Souza (2012), ela é uma alternativa de sobrevivência para grande parte das transexuais e parte-se do pressuposto de que tal alternativa é tomada pela falta de oportunidades de emprego no mercado formal.

Embora a atividade da prostituição tenha alcançado maior visibilidade acadêmica e social nos últimos tempos, permitindo trazer à tona discussões pertinentes sobre o assunto, isso parece não ter sido o suficiente para conseguir afastá-la do contexto social e histórico de marginalização, preconceito e estigma (ABREU, 2014).

A prostituição, na sua visão mais simplista, é compreendida como uma atividade na qual acontece a troca de sexo por dinheiro, contudo, ressalta-se que essa definição limitada não dá conta da diversidade dessa atividade, sendo preciso, então, compreender que a

prostituição abarca trocas que ultrapassam a financeira, como a afetiva ou a sexual, abrindo a possibilidade ainda para a permuta de favores, presentes e proteção (ABREU, 2014; PISCITELLI, 2006).

Para Barreto (2011), a prostituição se configura como um empreendimento comercial para a aquisição de ganhos financeiros, pois esta é concebida enquanto trabalho sexual no qual são realizadas trocas de desejos sexuais por dinheiro, negociação do corpo e dos desejos de diversos modos.

Como já ressaltado acima, embora a prostituição tenha buscado regulamentação e reconhecimento social no decorrer do tempo, de acordo com Abreu (2014, p. 19), "a vivência prostituinte ainda coloca o trabalhador em um contexto social e histórico de estigma, preconceito e marginalização". Segundo o autor, algumas entidades como Organização Mundial da Saúde - OMS, Organização Internacional do Trabalho - OIT e Ministério do Trabalho e Emprego - MTE defendem que a prostituição, enquanto fenômeno social complexo, deve ser compreendida como uma profissão. Contudo, para além das definições atribuídas a esta atividade, a precarização se faz presente entre os vínculos existentes nesta prática:

Hoje os trabalhadores do sexo ocupam o lugar desses personagens ocultos na história, pois são relegados à marginalização, exclusão social, precariedade no trabalho e culpabilização, tendo o acesso à Saúde, ao Direito do Trabalho, à Segurança Pública e, principalmente, à dignidade, relegados quando associados a sua atividade laboral. Tal atividade confere a seus atores uma situação de vínculo aparentemente intermitente ou debilitado em relação ao mercado de trabalho. (ABREU, 2014, p.20).

Nessa direção, parece-nos prudente lembrar as palavras de Aquino (2005, p. 4) que caracterizam a precarização do trabalho como "uma resposta 'contemporânea' do capital que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores", portanto, uma vez que os trabalhadores do sexo têm seus direitos relegados ao serem associados à sua atividade laboral, conclui-se que a prostituição se apresenta, de fato, como uma atividade precarizada.

Uma vez observado que dita atividade apresenta vínculos precários, torna-se relevante pensar nos seus possíveis impactos na produção subjetiva dessas pessoas. De acordo com Aquino (2005), o processo de precarização atinge de forma distinta diferentes segmentos ou contingentes sociais, contudo, um dos efeitos mais evidentes desse processo é o da marginalização. Da mesma forma, Martendal (2015) afirma que, no geral, travestis e

transexuais são desqualificados pela sociedade, com nomes pejorativos, por exemplo, devido ao fato de serem associados à marginalidade e prostituição.

Assim sendo, na medida em que compreendemos o trabalho como categoria psicossocial e de múltiplas funções, que faz parte da construção da identidade dos sujeitos e tem seus significados atribuídos a realidades construídas socialmente e vinculadas a momentos históricos e culturais específicos (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; COELHO, 2012), somos levados a pensar que, uma vez que os trabalhadores do sexo – neste caso, transexuais que se prostituem – ocupam esse lugar de marginalização, exclusão social, precariedade no trabalho e culpabilização (ABREU, 2014), carecem das funções psicossociais que o trabalho socialmente reconhecido aporta. Nas palavras de Abreu *et al.* (2005 *apud* ABREU, 2014, p. 19), referindo-se aos trabalhadores do sexo, "eles vivenciam uma situação de flutuação na estrutura social, devido à instabilidade de seus vínculos sociais e à ausência de trabalho".

Nesse sentido, é de suma importância compreender que a limitação de inserção laboral das pessoas transexuais que, como visto até aqui, encontra-se perpassada de obstáculos e discriminações por motivos vários, leva essas pessoas a escolherem caminhos alternativos que, muitas vezes, trazem consequências muito além da econômica, seja por meio da prostituição ou pela submissão a outros trabalhos informais e precários.

De acordo com Souza (2012), existem outros campos de atuação laboral comumente mais abertos para transexuais, por exemplo, o trabalho de teleoperadores e profissionais da beleza, contudo, o primeiro é geralmente caracterizado por ser um emprego precário em empresas que prestam serviços terceirizados e o segundo é um trabalho onde, em geral, dificilmente existe formalização do vínculo de trabalho. Nesse sentido, percebe-se o quanto a situação ainda se apresenta como precarizada seja na prostituição ou em outras áreas laborais informais.

Sendo assim, após ter feito um levantamento teórico sobre a transexualidade e sua relação com a categoria do trabalho, como parte fundamental deste trabalho e no intuito de aprofundar nossos conhecimentos sobre as demarcações existentes nessa relação, parece-nos prudente analisar agora os relatos de transexuais da cidade de Fortaleza, Ceará, que possuam vivências e conhecimentos desta realidade, marcada pelas experiências de se afirmarem como transexuais em uma sociedade heteronormativa.

4 PERCURSO E BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA

Até aqui, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a definição da transexualidade e a importância do trabalho na vida do homem de forma geral, visando alcançar um apanhado global do conhecimento coletivo e, dessa forma, fundamentar as discussões e a compreensão do tema que está sendo abordado. Em seguida, iremos apresentar os resultados das entrevistas realizadas com transexuais, descrevendo suas histórias de vida como parte fundamental desta pesquisa. Contudo, antes de dar início a essa análise detalhada, faz-se necessária uma explicação acerca de nossa base metodológica, percurso recorrido e método escolhido para a realização de nossa pesquisa.

4.1 A base metodológica: Psicossociologia Clínica

A Psicossociologia Clínica é considerada uma abordagem que abarca, em sua análise, o sofrimento humano interligado a contextos sociais, favorecendo a compreensão de histórias coletivas por meio de histórias de vida, o que significa dizer que é possível acessar o processo de formação de uma sociedade quando se conhece o processo de constituição de uma história de vida, posto que ambos ocorrem concomitantemente, um atravessando e influenciando o outro e sendo transformado por esse outro também (CARVALHO; COSTA, 2015).

Em outras palavras, de acordo com Houle (1986 *apud* Carvalho; Costa, 2015), ao reconhecer o processo individual de construção da subjetividade, revelam-se também elementos do contexto social do qual o indivíduo faz parte, da mesma forma que é possível compreender as mudanças ocorridas, ao longo do tempo, no indivíduo e na sociedade.

Desta forma, a Psicossociologia Clínica possui como um de seus métodos de estudo a História de Vida, que usaremos neste trabalho e explicaremos mais detalhadamente no tópico a seguir, permitindo o acesso a traços subjetivos dos sujeitos, assim como do percurso histórico que se faz presente (CARVALHO; COSTA, 2015). Contudo, é necessário ressaltar que essa história não se resume apenas à união de fatos vividos pelo indivíduo, mas apresenta também os significados que as ações possuem para esse sujeito, assim como os sentimentos envolvidos nessa história. Isto é, quando o indivíduo relata sua própria história, surgem lembranças, sentimentos e marcas em relação ao vivido, que são ordenados de acordo com a percepção que a pessoa possui ao contar sua trajetória naquele momento, da mesma

forma que essa narração possibilita que a pessoa empregue novo sentido ao passado (GRELL, 1986 *apud* CARVALHO; COSTA, 2015).

4.2 O método: História de Vida

Nosso estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. De acordo com Paulilo (1999, p. 135) “a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos”. Nesse sentido, a metodologia qualitativa representa uma característica importante que é a relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, possibilitando momentos de construção e diálogo de um mundo de experiências humanas (SILVA *et al.*, 2007).

Portanto, para a escolha do método utilizado, as ideias expostas por Silva (2012) foram tomadas como referências, uma vez que a autora destaca que o preconceito e a discriminação de transexuais não se limitam à área laboral, pelo contrário, espalham-se por todas as relações sociais e instituições, perpassando pela família, escola, igreja, desde curtas idades da vida.

Por esse motivo, compreendemos que para estudar as trajetórias laborais de transexuais é preciso também compreender outras esferas de suas vidas que possam possibilitar uma visão mais ampla sobre o referido processo, mesmo que haja um direcionamento mais específico para a perspectiva do trabalho. Dessa forma, optou-se pelo método de História de Vida, com foco na trajetória sóciolaboral, através da realização de entrevistas. O referido método é caracterizado por enquadrar-se dentro das metodologias qualitativas e que objetiva apreender as articulações entre a história individual e a história coletiva, configurando-se, assim, como uma ponte entre a trajetória individual e a trajetória social e exigindo, portanto, um compromisso alto por parte do pesquisador com a realidade a ser compreendida (SILVA *et al.*, 2007). Sendo assim, ele nos permite ir ao encontro tanto com o objetivo de nossa pesquisa, quanto com a base metodológica acima descrita da Psicossociologia Clínica.

De acordo com Gaulejac (2005 *apud* Silva *et al.*, 2007), o método História de Vida busca conseguir o acesso a uma realidade que extrapola o narrador, ou seja, é através da história de vida contada como própria do sujeito que se tenta apreender aquele universo do qual o indivíduo faz parte, permitindo mostrar o aspecto do mundo subjetivo em relação constante e concomitante com os fatos sociais.

Assim sendo, essa experiência, de acordo com Santos e Spindola (2003), possibilita estudar e penetrar a vida das pessoas, compreendendo sua trajetória histórica e entendendo a dinâmica das relações que estabelece ao longo da existência, e que através de sua narrativa incorre na efetivação, no momento presente, de uma ressignificação das experiências passadas. Ressalta-se, que a experiência do relato de história de vida não se configura somente como a descrição imparcial dos momentos que perpassaram o sujeito durante sua história, muito menos como apenas a tomada de notas sobre detalhes objetivos acerca dos processos e épocas que estão sendo relatados, mas se configura como um projeto individual que atravessa a experiência coletiva.

Tendo essa base metodológica prévia, prosseguimos agora para a descrição da realização de nossa pesquisa de campo com nossas duas entrevistadas e, posteriormente, apresentaremos seus relatos e análises dos mesmos de forma mais detalhada.

Realizamos duas entrevistas com duas mulheres transexuais que atualmente moram na cidade de Fortaleza, Ceará, objetivando conhecer e analisar suas histórias de vida com ênfase nas trajetórias laborais. A escolha das participantes desta pesquisa aconteceu por conveniência, levando em consideração o seguinte perfil: pessoas que se identificam como transexuais e que já tenham passado pela experiência de trabalho formal ou informal pelo menos uma vez na vida. O acesso a nossa primeira entrevistada aconteceu pela indicação de uma pessoa que tem contato direto com diversas transexuais e travestis que fazem parte de um grupo de estudos na Universidade Estadual do Ceará. A segunda participante foi indicação da primeira entrevistada.

As entrevistas foram realizadas em momentos distintos para cada uma delas e com a presença unicamente da entrevistadora e a entrevistada. Inicialmente, realizamos a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido, garantindo que não ficassem possíveis dúvidas sobre a pesquisa e informando sobre o caráter voluntário de suas participações. Aproveitamos para esclarecer rapidamente também sobre os objetivos da pesquisa e as peculiaridades do método utilizado, assim como garantimos o resguardo de suas identidades. Após a aceitação voluntária da participação, partimos para gravação dos relatos.

O conteúdo da história de vida das participantes foi coletado a partir das suas próprias narrativas utilizando a técnica de gravação. Em seguida, as entrevistas foram transcritas e analisadas levando em consideração o objetivo do método utilizado e da pesquisa, isto é, buscando conseguir o acesso a uma realidade que extrapola o narrador, sendo através da história de vida contada como própria do sujeito que se tentará apreender aquele universo do qual o indivíduo faz parte (SILVA *et al.*, 2007).

Ressaltamos que as entrevistas de história de vida não apresentam um roteiro a ser entregue aos participantes ou a ser estritamente seguido pelo pesquisador ou pesquisadora. Trabalhamos com uma única questão: “Conte-me sua história”. Entretanto, considerando que existe a possibilidade de abarcar com uma quantidade imensa de informação nesta ampla pergunta, levamos um roteiro a ser usado unicamente em caso de que as entrevistadas não abordassem algum tema que consideramos essencial para a pesquisa, ressaltando, só em caso emergencial, contudo, isso não se fez necessário. Adotamos a postura que o método exige, deixando ambas entrevistadas a vontade e livres para construírem suas narrativas.

As entrevistas tiveram durações distintas, que variaram entre duas e quatro horas. Ao todo tivemos 6 horas de gravação. Ambas entrevistas foram transcritas integralmente para nossa análise, que buscou compreender os aspectos psicossociais envolvidos nelas e, para isso, realizamos um estudo das narrativas simultaneamente com o levantamento bibliográfico previamente realizado, tendo como foco principal a tentativa de dialogar a respeito dos sentidos que as próprias entrevistadas atribuem às suas vidas e ao trabalho.

No que concerne à parte legal do procedimento de pesquisa com humanos na área da saúde, esse trabalho foi submetido e aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal do Ceará com o CAAE 57064716.0.0000.5054, seguindo todas as suas exigências éticas.

No decorrer da nossa análise das entrevistas, conseguimos identificar diversos aspectos teóricos previamente levantados nos três primeiros capítulos deste trabalho e iremos trazer cada um deles de acordo com as descrições de cada história no capítulo seguinte.

5 HISTÓRIAS DE VIDA

Neste capítulo pretendemos realizar a apresentação e análise dos relatos de história de vida narrados por duas mulheres transexuais, residentes da cidade de Fortaleza, Ceará. Nos capítulos antecedentes a este, procuramos realizar um levantamento bibliográfico aos dois temas principais desta pesquisa, transexualidade e trabalho, confirmando tanto a forte presença de rejeição e vulnerabilidades impostas às pessoas transexuais no Brasil, quanto a extrema importância do trabalho na vida das pessoas.

Portanto, partindo dessa base, buscamos escutar os relatos das nossas duas participantes, procurando analisar, principalmente, suas vivências e sentidos atribuídos ao trabalho. Contudo, reiteramos que, conforme exposto acima, a vida de transexuais é marcada por diversas experiências de rejeição desde a infância, o que acarreta consequências diretamente na vida adulta e, portanto, na inserção laboral. Assim sendo, nossa análise e apresentação a partir de agora, engloba a vida das nossas duas entrevistadas como um todo, embora alguns detalhes sejam mais elucidados que outros.

Conforme afirmado, existem características fundamentais no que se refere à utilização do método História de Vida, que buscaremos apresentar aqui trazendo os dois relatos integrais das entrevistadas e buscando apontar especificidades que consideramos importantes de cada momento de suas narrativas, ressaltando que na proposta do método que utilizamos, não existem momentos distintos entre relato, análise e discussão das falas, mas há dialeticidade na formalização desse intento.

Chamaremos nossas entrevistadas de Lis e Aurora, nomes fictícios atribuídos por nós.

5.1 Lis

Nossa primeira entrevistada foi Lis, mulher transexual, de 24 anos de idade, nascida e residente na cidade de Fortaleza, Ceará. Atualmente, ela possui o ensino médio completo. Nunca cursou faculdade, embora já tenha prestado vestibular e tenha ficado entre os classificáveis, porém, na época em que poderia ter dado início a um curso de ensino superior, foi no mesmo período, ano de 2018, em que conseguiu um emprego de carteira assinada, tendo que escolher entre as duas opções. A decisão pela oportunidade de trabalho é um primeiro dado de relevância. O acesso ao mercado de trabalho de modo formal, dada a dificuldade de oportunidades denota tal relevo e como veremos mais adiante, essa

oportunidade foi essencial e única na sua vida. Atualmente, dois anos depois, Lis está se dedicando novamente aos estudos para poder prestar vestibular, tendo como pretensão cursar Serviço Social.

Neste primeiro momento da descrição sobre Lis, já foi possível associar a importância do trabalho na vida dela, assim como também a confirmação das barreiras que, conforme visto na teoria, transexuais enfrentam não apenas no âmbito laboral, mas na vida como um todo. Não sendo comum poder escolher entre trabalhar ou estudar e/ou muito menos poder realizar as duas coisas ao mesmo tempo, mas uma oportunidade de emprego de carteira assinada, para uma mulher transexual, se apresenta como uma oportunidade rara, uma vez que, a maioria delas encontram-se desprotegidas das mazelas discriminatórias no país, principalmente, no âmbito laboral (BOMFIM, 2014).

Lis é a filha mais nova e adotiva do último casamento da sua mãe, foi adotada ao nascer e viveu até seus 20 anos de idade de acordo com o sexo biológico e gênero atribuído ao nascer: como homem. Tem duas irmãs mais velhas, filhas biológicas dos seus pais que são casados até hoje.

Nossa entrevistada relatou que lembra de sempre ter sido um menino com muitos traços femininos e com atitudes e gostos do que conhecemos socialmente como de menina. Quando tinha 12 anos de idade, sua família começou as cobranças sobre as questões da sua sexualidade, porém ela comentou: “sendo que nem eu mesma sabia, considero que durante minha infância e na verdade, durante minha vida toda, eu sempre fui o que eu sou hoje, mas na época era confuso, entendeu? ”.

Ela elucidou que na sua família sempre foi inibida e repreendida em relação a diversas questões como as brincadeiras de menina, sobre a forma de agir, sobre o jeito de se relacionar com as pessoas, o que era motivo de grandes brigas e muitas mágoas, o que nos leva a afirmar que, conforme destacado por Souza e Bernardo (2014), as dificuldades das mulheres transexuais costumam se iniciar na família, geralmente, com a vigilância e a punição para que se adaptem ao comportamento tido como ideal para o seu sexo anatômico.

Assim mesmo, Lis comentou ter vivenciado essas dificuldades como discriminação e sofrimento na escola desde muito cedo:

Eu também sofri muito na escola, porque me chamavam de bichinha, até mesmo de mulherzinha, e isso dava muita confusão, e eu não entendia nada, e aquilo era chato, tinha gente que não queria se aproximar de mim, não queria ser amigo ou amiga, e eu tive dificuldade na aprendizagem, concluiu o ensino médio tardiamente, aos 19 anos, e sei que foi também por isso. Tanto pelas questões familiares, quanto por essas escolares que aconteceram e que marcaram minha vida.

Ao relatar as lembranças sobre as vivências na escola, Lis se emocionou e contou que foi sempre muito sofrido ter que lidar com essas questões. Nesse momento da sua fala, foi possível fazer uma associação com as afirmações vistas nos capítulos anteriores, onde foi destacado que dentro do espaço escolar, é frequente a circulação de preconceitos diários para quem não se enquadra nos delineamentos da “normalidade”, culminando em discriminações de ordens diversas, uma vez que, historicamente, a escola brasileira estruturou-se a partir de referências com base no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês o que se entende como sendo o física e mentalmente “normal” (ANDRADE, 2012; JUNQUEIRA, 2014).

Muitas vezes, esse tipo de discriminações, acabam sendo motivo suficiente para o abandono escolar, trazendo prejuízos futuros na inserção laboral, pois, como destacado por Coelho (2008), a socialização para o trabalho é compreendida como um processo que se conserva durante toda a vida dos indivíduos, sendo interferida por diversos agentes encarregados de transmitir normas sociais e culturais, como a escola, e é justamente nesse sentido que ela se destaca como um dos agentes fundamentais desse processo. Conforme colocado pela nossa entrevistada, essas situações que ela vivenciou tiveram como consequência o atraso na conclusão desse período de estudos.

Foi na adolescência que Lis começou a ter que se “desenrolar para vida”, como ela pontuou. Para isso, como estratégia inicial, ela começou a se autodenominar como homem homossexual, principalmente, para enfrentar as cobranças familiares, pois, de acordo com ela, a principal pergunta era o porquê de não ter namorada ainda. Sendo que ela já se apresentava com falas, ações e aparência muito feminina, portanto, se autodenominou homossexual por um tempo, pois, além de parecer o caminho mais fácil e aceitável no momento, ela relata que era tudo muito confuso ainda para ela, como veremos mais adiante.

Reiteramos nesse momento da sua fala que, conforme já descrito por Amaral (2013), a discriminação contra mulheres transexuais e travestis é mais marcada do que a dos homens gays, uma vez que a realidade que se impõe em nossa sociedade é não só heterocentrada, mas também machocentrada. Portanto, o caminho pode se mostrar como menos difícil para homens gays, sendo esta uma das estratégias de autodenominação inicial que mulheres transexuais escolhem fazer, principalmente, perante suas famílias.

Contudo, isso não foi motivo para diminuir as brigas na família de Lis. Ela contou que durante toda a adolescência sempre teve muito conflito com sua mãe, pois ela não aceitava determinadas questões, principalmente as relacionadas à sua orientação sexual. Lis relembrou com certa tristeza que nessa época, sua mãe chegou a dizer coisas bastante cruéis: “ela me machucava muito, já chegou um período dessa juventude e adolescência, que quando

a gente brigava, ela jogava na minha cara que se arrependia de ter me adotado e muitas outras coisas ruins”. Nossa entrevistada contou que foi exatamente nessa época, aos 14 anos de idade, quando ela decidiu começar a buscar formas de trabalhar para ter sua própria renda, a princípio, em estágios quando ainda cursava o ensino médio ou realizando artesanatos para vender, pois ela sabia que precisaria disso para poder viver a vida que ela sentia que era a real para ela. Conta que desde sempre foi vaidosa e sonhava com comprar coisas do seu próprio gosto.

Neste momento, percebe-se que o trabalho já começa a se apresentar como possibilitador de ingressos econômicos na vida de Lis, mesmo na sua tenra idade. Além disso, o trabalho também se mostra para ela como gerador de possibilidades para além de uma renda que garantam a independência, mas trazendo à tona sentidos e funções psicossociais, inclusive, ela destaca que a partir disso é que ela sabia que poderia modificar a sua forma de ser e viver sua vida.

Lis comentou que desde nova começou a ter acesso a conteúdo sobre a transexualidade, o que lhe permitiu ir ampliando sua visão desde cedo, embora isso não tenha sido uma garantia de autoconhecimento e de compreensão total sobre o que se passava no seu corpo, na sua mente, nos seus desejos:

Teve um período da minha vida em que eu não sabia sobre o meu gênero, eu acho que eu não percebia, eu não me percebia nem como homem e nem como mulher, eu só me percebia como pessoa existente no mundo [...]. Quando foi passando o tempo e tudo, eu fui entendendo que realmente o meu gênero era o masculino, que eu tinha um papel e que aquele papel eu não conseguia desempenhar [...]. Cheguei a ter namorado e com esse namorado eu nunca tinha tido uma vida sexual, porque eu não sabia o que fazer! eu não conseguia! Não conseguia me ver em nenhum papel dentro daquele contexto, no caso o homossexual.

Toda essa confusão que cercava a vida de Lis no que diz respeito a sua sexualidade, acontecia concomitantemente com as dificuldades em conseguir se relacionar amorosamente, assim como também com a dificuldade de convivências familiares, portanto ela começou a direcionar sua atenção nos estudos e nos trabalhos informais que realizava de vez em quando, para poder ter um dinheiro no bolso, de acordo com ela: “[...] e aí eu só estudava e trabalhava, tinha um conflito social com a minha mãe, que era muito forte, às vezes eu tinha que ir dormir na casa da minha tia, ou até mesmo sair de casa, sabe?. [...] Era muito horrível”.

Contudo, os 16 anos, aproximadamente, Lis, que até então ainda era conhecida como Sávio, começou a ter bastantes problemas com sua auto percepção, ela relembrou que

chegou a negar a si mesma o que sentia com relação a se sentir mulher e se considerar mulher, tentava deixar essa sensação e essa ideia bem distante dela, afirmou: “eu pensava que isso devia ser só uma vontade, mas não algo que eu realmente queria”. E, ao mesmo tempo, pensava que se algum dia decidisse assumir ser uma mulher transexual, isso seria algo que chegaria para ela de uma só vez, ou seja, iria passar por uma cirurgia de redesignação, colocar prótese, tomar hormônio e pronto, seria uma mulher. Infelizmente, ela comentou que isso não aconteceu exatamente dessa forma, pelo contrário, o caminho percorrido foi bastante sofrido e demorado, ainda é.

Quando Lis completou seus 18 anos, decidiu ir morar com sua tia, pois tanto os problemas na sua casa estavam insustentáveis, como ela tinha conseguido um emprego em um hospital de Fortaleza o que lhe permitiu ter mais segurança para poder sair de casa. Nesse hospital, além do trabalho fixo que ela tinha, também desenvolvia um trabalho voluntário. Ela recordou com bastante alegria desse período da sua vida no que se refere ao trabalho em si, acreditava que pelo fato de ter conseguido esse emprego, poderia ganhar a confiança da sua mãe, pois, mesmo ela já tendo conseguido emprego e estando morando fora de casa, sua mãe continuava rejeitando o fato de se filho Sávio ser um homem gay, nas palavras dela: “eu só queria que minha mãe confiasse em mim, eu não fazia nada de errado, eu só não era o homem heterossexual que meus pais queriam”.

Percebe-se, nesta parte do seu relato, mais uma vez, que ela associava ao trabalho atribuições psicossociais para além do que apenas as atribuições econômicas que o trabalho oferece, conforme já descrito acima (COELHO, 2012; GARRIDO, 2006). O trabalho, neste momento da sua vida, se apresentava como uma fonte de confiança para a relação com sua mãe, assim como também para ela mesma sentir que estava dando um significado a sua própria vida, já que o fato de não ser um homem heterossexual, já era percebido como uma decepção e/ou fracasso para ela.

Aproximadamente um ano e meio após ela ter saído de casa e estar trabalhando e ganhando seu próprio dinheiro, a relação com sua mãe começou a melhorar. Elas começaram a ter conversas de reconciliação sobre todos os anos sofridos de brigas, o que a levou a aceitar voltar a morar com ela. Até então, aparentemente, a relação tinha melhorado e Lis se sentia muito mais confiante pelo fato de ter seu próprio dinheiro o que ela acreditava iria ajudar bastante nessa nova mudança. Portanto, ressaltamos que nesta época ela ainda era vista e reconhecida como Sávio na sua família e na sociedade, porém ela mesma não se reconhecia e nem se identificava nele.

A relação aparentemente boa e de aceitação com sua mãe não se sustentou por muito tempo, poucos meses depois, elas voltaram a ter uma grande briga pelo que ela denominou como ter sido: “uma grande besteira, foi porque eu peguei um esmalte dela”. Foi neste momento, no ano de 2016, que Lis decidiu sair definitivamente de casa. Ela lembrou com certa tristeza da decepção e desespero de não poder “viver em paz”. Neste momento do seu relato ela também tentou justificar o motivo pelo qual ela acredita que a mãe tinha tantas mágoas e frustrações, tentando trazer à tona a própria vida difícil e sofrida da sua mãe na adolescência, o que ela citou como ter sido o fato de ter casado muito nova, sempre ter sido muito reprimida, sem liberdade, com pais extremamente religiosos e tradicionais.

Foi após essa briga, no ano de 2016, que Lis decide partir de vez. Ela relatou com expressão de dor que arrumou uma mochila com as coisas que cabiam, pegou um dinheiro que tinha guardado e saiu de casa, enquanto sua mãe gritava com ela palavras que até hoje magoam: “[...] e fui saindo de casa e ela gritando e falando coisas pesadas, que se pudesse não teria me adotado, que tinha sido um erro, que eu podia ir para o mundo, que o mundo estava me esperando, que eu fosse me prostituir”.

Neste momento da sua vida, Lis ainda não estava assumida como mulher transexual, porém, como ela mesma contou, todas suas expressões, ações e pensamento indicavam isso e, segundo ela, no fundo, sua mãe sabia e sentia o que estava por vir. Portanto, podemos associar este relato sobre esse momento da sua vida como mais um dos índices estatísticos que encontramos na teoria sobre transexuais sofrerem preconceitos dentro do próprio lar ao ponto de serem expulsas das suas casas (BENTO, 2006). Neste caso, ela contou que decidiu sair, sua mãe não expulsou diretamente, mas de forma indireta foi expulsa mais de uma vez através das inúmeras brigas familiares, conforme relatado até aqui. Percebendo que família nem sempre é garantia de acolhimento e proteção para mulheres transexuais em uma sociedade heteronormativa, pelo contrário, como defendem Souza e Bernardo (2014), as dificuldades das mulheres transexuais costumam se iniciar na família.

Lis partiu sem rumo, a única necessidade que ele tinha naquele momento era a de ir embora para um lugar bem longe para, de acordo com ela, nunca mais ter que passar por aquilo, comentou: “foi um momento de surto, de desespero, de tristeza, de muita coisa que eu estava sentindo”. O primeiro lugar para o qual ela decidiu ir foi para a rodoviária do Antônio Bezerra, que era no bairro onde ela residia, chegando lá pegou o próximo ônibus a sair da cidade, neste caso, para Sobral. Era o desespero, a aflição e a decepção falando mais alto naquele momento, fazendo-a abandonar família, emprego e casa.

Naquela noite, quando chegou em Sobral, ela dormiu nos bancos da rodoviária. Logo depois que amanheceu o dia, ela conversou com a moça do guarda volume, explicou toda a situação da sua vida e da necessidade urgente de conseguir qualquer emprego que ajudasse a ela se sustentar. A moça se dispôs a ajudar, mostrou a ela onde ficava o Sistema Nacional de Emprego - SINE de Sobral. Lis prontamente se apresentou no local. Ela ressaltou que há alguns anos tinha feito um curso de cabelereira e tinha realizado alguns trabalhos informais em um salão também e por isso acreditava que seria essa experiência a que lhe possibilitaria com mais facilidade conseguir, inicialmente, algum emprego nessa área.

Lis também relatou que precisou passar algumas noites na rodoviária, onde tinha suporte de banheiro. Alguns dias depois, ela conseguiu uma carta de recomendação e se apresentou em um salão de beleza de Sobral. Ressaltando que até aqui, Lis ainda se apresentava como Sávio, mas que embora social e biologicamente fosse reconhecido como homem, tinha aparência bastante feminina. Ela conseguiu o emprego no salão, assim como também conseguiu uma república para ir morar. Ela lembrou e reconheceu a sorte e privilégio que teve por ter conseguido esse emprego rápido, consequência por ainda não ser identificada como mulher transexual, inclusive ressaltou a questão da prostituição que muitas mulheres transexuais são obrigadas a escolher como o único caminho possível para sobrevivência, conforme ressaltado já por Martendal (2015) e descrito acima. Nas palavras de Lis:

Na época eu ainda não me identificava como mulher trans, mas eu já tinha dificuldade com a leitura que sociedade fazia de mim como homem homossexual, porém se eu fosse mulher trans teria sido muito mais difícil. Eu acredito que eu teria me prostituído, entendeu?

Pode-se dizer, de acordo com a própria narrativa da nossa entrevistada, que foi neste período da sua vida que começou o processo da sua transformação, o caminho da sua liberdade para ser o que sempre sentiu, mas que precisou se esconder durante anos por trás de uma falsa aparência de homem homossexual. Ao mesmo tempo, este seria o início do caminho que também geraria outras novas dores, choques de realidades, de desejos e de vivências.

Após dois meses de trabalho, aproximadamente, Lis contou que estava tudo caminhando conforme o esperado, ela definiu esse emprego como uma escola: “aprendi muita coisa dentro do ramo da estética, do cabelo e etc.”. Contudo, nesse tempo, começaram a surgir diversos questionamentos com relação a sua vida, a sua felicidade, a sua aparência e ao desejo de ser reconhecida na sociedade diferente do que era nesse momento. Ela relatou que viver

dentro desse ambiente onde o público era majoritariamente feminino, tanto as funcionárias quanto as clientes, fez renascer nela as ideias sobre a transexualidade que na verdade sempre estiveram presentes, mas até então não tinha tido nenhuma oportunidade para além de renegar seus próprios pensamentos e desejos. Ela relatou que nesse período ela ficava lembrando muito de quando ela era criança:

Quando eu era criança, às vezes, eu me vestia de menina, também brincava com boneca, cheguei a me passar por menina algumas vezes, então já tinha muita coisa que dizia que sempre esse desejo estava implícito na minha vida, sempre esteve ali.

Foi então quando Lis começou a pesquisar mais sobre a transexualidade e se aprofundar melhor no assunto, assim como também ficava fazendo uma avaliação das relações que tinha tido antes e de como ela nunca tinha conseguido se encaixar em nenhuma das denominações que tinha dado para ela mesma. Decidiu então que começaria a tomar hormônios: “eu falei para mim mesma que eu ia comprar a medicação e experimentar, e se a mama se desenvolvesse, e se eu gostasse daquilo, então era realmente por ali que eu devia caminhar”. De acordo com seu relato, depois desse momento, muita coisa começou a se encaixar. Com o tempo ela decidiu começar a socializar como mulher, comprou roupas femininas, continuou tomando hormônios, começou a se apresentar com nome social de mulher e a frequentar uma psicóloga.

Um tempo depois, vieram as ameaças de perder o emprego no salão por conta da sua transformação. Vemos aqui, mais uma vez, o preconceito mais marcante quando se trata da transexualidade versus a homossexualidade. Ela relatou que no salão já tinha tido uma mulher transexual trabalhando antes e a mesma cometeu suicídio, por esse motivo, sua chefe começou a ter certo preconceito com ela ao perceber sua transformação:

[...] E era uma questão que, querendo ou não, eles tinham medo, porque podia vir preconceito dos clientes, das pessoas não entenderem por eu estar em transição. [...] E nisso foi que eu comecei a ter muita disforia, porque eu queria ser muito, muito feminina de uma hora para outra, aí começaram os processos automutiladores.

Lis relatou que durante seu processo de transição ela teve duas automutilações, a primeira foi a raspagem do pomo-de-adão. Neste momento da entrevista ela mostra com certa cautela a cicatriz e conta:

Eu pesquisei na internet sobre como fazer, então, aqui, foi aberto, foi puxado, foi feita a raspagem do pomo e pronto, fiquei sem pomo e fechei. [...] fiz sozinha, fiz dentro do banheiro, num local completamente insalubre e tive sorte. Tive sorte, não

tive nenhuma complicação. A única complicação que eu fui vir a ter, foi a demissão do salão.

A necessidade de tirar do seu corpo uma das marcas de masculinidade, a levou a realizar essa primeira automutilação, que lhe custou o emprego. Ela relatou que no salão perceberam o que ela tinha feito e ficaram com medo dela acabar cometendo outras ações “mais graves”, portanto, a primeira atitude da chefia foi tirar ela de perto. Ela lembrou desse momento com certa inconformidade. Foi possível perceber na sua fala a lembrança de um forte conflito interno daquele momento com sua vida, entre seguir o que seu corpo e mente pediam e sentiam ou perder sua única oportunidade de sustento nesse momento.

Conforme já dito, a consequência de ter decidido deixar de ser Sávio para finalmente viver e ser Lis, foi a demissão no salão. Porém, ela contou que continuou trabalhando nessa área como *freelancer*, enquanto continuava procurando novo emprego fixo em algum outro salão. Tinha que, muitas vezes, ainda se passar por homem gay, evitar usar roupas femininas e se apresentar como Sávio nos salões, para ver se de certa forma facilitava sua chance de conseguir um emprego. Ela relatou que foi um período muito difícil economicamente.

É possível perceber que a transfobia ainda é, de fato, um traço muito presente no meio da sociedade brasileira, principalmente no âmbito laboral. O relato de história de vida de Lis nos permite confirmar isso, assim como também visto nos capítulos anteriores (ADELMAN *et al.*, 2003).

Lis relatou que nesse período de transição também vivia um conflito interno muito grande, pois, ficava sempre se cobrando e culpando porque o papel que tinha sido atribuído a ela, de um homem, não era um papel que tinha conseguido desenvolver. Lembrou da incompatibilidade nos relacionamentos, os quais nunca puderam se concretizar pela sua própria rejeição ao que ela, na época, representava e toda a angústia que isso lhe causava. Assim mesmo, ela contou que, dentro desse momento de crise que ela vivia, tanto com relação ao emprego quanto às suas próprias dores internas de ser Lis, ela decidiu continuar com seu desejo de ser e socializar como mulher.

Neste momento da sua fala, lembramos das palavras de Arán *et al.* (2008), quando descrevem que, geralmente, pacientes transexuais relatam uma condição de intenso sofrimento psíquico, o qual surge sob a forma de tentativas de suicídio, depressão e angústia das mais diversas formas, ocasionadas não apenas pelo conflito de não pertencimento ao sexo biológico, mas também pelas diversas consequências sociais intrínsecas a esta condição. Contudo, de acordo com Lis, mesmo sabendo que a vida seria muito mais difícil após a

transcrição, não tinha nada que a fizesse continuar sustentando ser e viver como alguém que ela não era e nunca foi, comentou:

Eu tive que começar uma transição de autoafirmação feminina, e de ser realmente a mulher que eu tinha sentido ser durante a minha vida. [...] Só foi ruim porque tive muita pressa no começo, teve essa primeira automutilação, ocasionou minha demissão, a família não aceitava, e eu procurando emprego não achei, e eu ficando desesperada, e meu dinheiro acabando, aí eu tive que voltar pra Fortaleza.

Na volta de Lis para Fortaleza, após 5 meses morando em Sobral, ela foi morar com outra tia, que já sabia da sua transição, embora não entendesse e nem aceitasse completamente. Neste período, ela continuava trabalhando com estética e *design* de sobrancelhas a domicílio. Pouco tempo depois de estar morando com a tia, veio a segunda automutilação:

Eu rejeitava muito a minha genitália, queria ter uma vagina e não tinha como eu ter, porque não tinha dinheiro para pagar o cirurgião nem nada, aí eu recebi um dinheiro de um amigo meu para me ajudar na época, peguei esse dinheiro, comprei sonda vesical, comprei bisturi e falei para mim que eu ia tirar tudo, e tirei.

Ela relatou que pesquisou na internet como poderia fazer esse procedimento. De acordo com ela, já tinha estudado como faria o processo e estava totalmente decidida, explicando até que o corte inicial seria no períneo:

Fui tentar fazer o corte e não consegui, não consegui fazer o corte inicial. [...] Hoje eu penso que Deus naquele momento me protegeu, porque eu passava o bisturi cortando e não cortava, eu passava e não cortava, e doía, quando eu encostava já doía [...]. Aí eu peguei e decidi então tirar os testículos, porque eu pensei que tirando os testículos e fazendo reposição hormonal, ia agir mais rápido, ia ficar feminina mais rápido, e não teria mais testosterona agindo no meu corpo, então tirei os testículos.

Lis explicou que sua ideia inicial era, de fato, tirar toda sua genitália, o pênis e os testículos, mas como foi mais complicado do que ela imaginava, então decidiu, de última hora, tirar apenas os testículos. Ela relatou que todo esse processo foi sem anestesia nenhuma, mas a vontade de tirar do corpo era maior que qualquer dor física. Porém, ainda quando estava fazendo o corte do segundo testículo, começou a ter as complicações. O lado que tinha sido cortado primeiro começou a inchar e o sangue a sair descontroladamente. Até então, ninguém da casa sabia que ela estava no banheiro se automutilando, como ela lembrou: “os banheiros foram meus hospitais secretos”.

Conforme destacado acima por Sampaio e Coelho (2012), considera-se que essa rejeição pela genitália é o que leva à maioria das pessoas transexuais desejarem realizar cirurgias de mudanças de sexo, contudo, conforme visto até aqui neste trabalho, muitas vezes a própria rejeição já se inicia pela necessidade social imposta de “ajustar” o corpo ao padrão do que é dito feminino. Lis, de fato, nos confirma esta ideia mais na frente.

Naquela noite, Lis disse ter ficado desesperada, ela relatou que era perto de uma hora da madrugada quando decidiu ir para a emergência do Hospital Frotinha do Antônio Bezerra, sozinha, sem avisar a ninguém da sua família. Chegando no hospital, teve que contar o que tinha acontecido para os profissionais de saúde que a receberam, inclusive, ela disse ter levado os dois testículos em um pote de vidro com álcool, caso ninguém acreditasse no que ela estava falando. Segundo seu relato, todos ficaram horrorizados com o acontecido, quase não falaram com ela, a levaram direto para o centro cirúrgico e fecharam os cortes feitos na bolsa escrotal. Neste momento da sua fala, ela lembrou:

Eu fiquei com a genitália horrível, porque inchou, tudo o que poderia inchar de sangue, de inflamação na região, inchou tanto que eu não conseguia nem fechar as pernas [...]. Fora a dor que eu sentia, muita dor, mas não fiquei internada, mandaram eu comprar um remédio e voltar para casa.

Quando amanheceu o dia, Lis voltou para casa da sua tia e disse ter mentido para ela contando que teve que ir no hospital por não estar se sentindo bem e que tinha sido diagnosticada com chicungunha, por esse motivo não conseguia andar direito, tinha febre e sentia muita dor. Passou alguns dias em repouso, mas sentindo muita febre e dor. Ao mesmo tempo em que ela se recuperava da automutilação malsucedida. Ela conseguiu segurar a mentira por 20 dias, aproximadamente. Mas as complicações vieram, os pontos se abriram e ela começou a sangrar de forma absurda. Neste momento, sua tia já sabendo do que estava acontecendo, levou ela para a emergência novamente e aí ela recebeu a medicação adequada e a internação, pois o quadro era muito grave, principalmente pela quantidade de sangue que tinha perdido. Lis precisou ficar internada durante 6 dias no hospital.

Neste momento da sua fala ela ficou pensativa por alguns segundos e logo comentou: “as minhas mutilações não foram no propósito de morrer, foram só no propósito de mudar o meu corpo”. Vemos aqui a importância de ressaltar o quanto as pessoas transexuais, historicamente, têm sido tachadas como pessoas que apresentam conflitos psicológicos imensuráveis, conforme destacado já por Inácio (1998), como se a culpa fosse delas, mas, na verdade, muitas vezes, essas pessoas só procuram adequar um corpo a um padrão imposto

socialmente onde se ditam normas sobre o que é ser feminino ou masculino. Pode-se dizer então que o “problema” é social. Neste caso, de acordo com Lis, as pessoas podiam ver ela como doente e/ou como alguém com comportamentos suicidas, mas morrer nunca foi sua intenção, relatou.

Após a alta do hospital, sua tia a informou que não tinha mais condições dela ficar morando na sua casa, segundo Lis, sua tia tinha medo dela se suicidar. Após muitas conversas, Lis voltou a morar com sua mãe. Porém, ela contou que durante esse tempo ela começou um tratamento com psicólogo no Hospital de Messejana e começou a compreender melhor tudo que acontecia e o que sentia, mas sua mãe continuava sem aceitar a situação e tentava o tempo todo fazer com que ela mudasse esse desejo de querer ser mulher a qualquer custo. Portanto, mais uma vez, essa convivência e relação não deu certo. Lis precisou sair novamente de casa com brigas e expulsões doloridas.

Percebemos neste momento da sua fala, a expressão de tristeza ao relatar a impossibilidade de ter um lar fixo. Lis teve que passar alguns anos da sua vida em diversas casas, enfrentando rejeições, expulsões e falsas acolhidas, conforme vemos na teoria, é o caso da maioria das pessoas transexuais (BENTO, 2006).

Em todos os lugares onde se hospedou, foi acolhida até o momento em que os traços da transexualidade surgiam de alguma forma, conforme podemos acompanhar no relato da sua história. Depois da última expulsão da casa da sua mãe, ela foi morar com uma amiga, ela lembrou sorrindo: “no final, foram as amigas as que me salvaram. Fui morar com minha amiga, passei o natal lá, do jeito que eu queria passar, de salto, toda menininha, eu estava linda”.

Lis morou com sua amiga por dois anos, durante esse tempo ela teve empregos informais, um deles foi em uma pizzaria, onde ela relatou que apesar de não ganhar bem e de sofrer alguns preconceitos, ela preferia suportar aquilo do que ficar sem nada: “[...] nessa pizzaria era um subemprego, eu não ganhava muito bem, só ia trabalhar de duas a três vezes por semana, mas era uma renda que eu tinha e que dava para eu ir me mantendo e ajudando em casa”. Vale ressaltar que esse emprego ela conseguiu porque a pizzaria era de uns amigos dela que a conheciam antes da transição, quando ainda era Sávio e por isso lhe deram essa oportunidade. Ao mesmo tempo, ela continuava trabalhando com serviços a domicílio de *design* de sobancelhas e cabelo.

É possível perceber a partir do relato de Lis descrito até aqui, duas questões importantes e já tratadas anteriormente com relação ao trabalho e transexuais na sociedade atual. Primeiramente, a falta de oportunidades de empregos que obrigam a transexuais a

aceitarem ou se submeterem a trabalhos considerados, muitas vezes, precários. Assim como também confirmamos que o trabalho como profissionais da beleza é comumente mais aberto para transexuais, contudo, no geral, em ambos casos, dificilmente existe formalização do vínculo de trabalho, conforme já destacado por Souza (2012) e discursado em linhas anteriores.

Durante esses dois anos, Lis também começou a procurar acesso ao Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB que, como ela mesma relatou, é uma associação responsável por atuar diretamente no enfrentamento ao preconceito por orientação sexual na cidade de Fortaleza, assim como também no ativismo em torno dos direitos da população homossexual, buscando melhorar a qualidade de vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e pessoas vivendo com HIV/AIDS no Estado do Ceará.

A partir da aproximação com essa sociedade, Lis teve acesso a outros recursos favoráveis para ela, como cursos de capacitação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, de feiras e exposições, cursos voltados para a área de prevenção para infecções sexualmente transmissíveis, também fez um curso capacitatório como cuidadora de idosos e conseguiu ter acesso também ao Transpassando, onde também iniciou um curso preparatório para prestar vestibular. De acordo com matéria publicada no Portal do Governo do Estado do Ceará (2017), o Transpassando é um curso de extensão da Universidade Estadual do Ceará - UECE, considerado o primeiro projeto acadêmico do país voltado para quem não se reconhece no “corpo de nascença”, portanto, ele acolhe transexuais, travestis, gays, lésbicas, bissexuais e pessoas que se enquadrem em outras identidades de gênero ou tenham a sexualidade distinta do padrão. O corpo docente desse curso é formado por professores voluntários da própria UECE ou de outras instituições e o mesmo busca a inclusão desse público no Ensino Superior, assim como também o combate à transfobia.

Após um tempo, Lis teve uma proposta de trabalho para cuidar de uma idosa, essa nova proposta de emprego surgiu por indicação de uma amiga. O trabalho era de meio período, não era carteira assinada, mas, segundo ela, era melhor do que o da pizzaria. Foi um trabalho que ela considerou como bom, ela relatou ter gostado bastante, permaneceu nele por 7 meses, aproximadamente. Infelizmente acabou quando ela foi pedir para aumentarem seu salário. Lis também aproveitou para relatar que durante esse emprego, ela se apresentou já como mulher transexual.

Depois que perdeu o emprego como cuidadora, passou um tempo procurando outra forma de sustento, mas foi muito difícil conseguir, e o tempo passando e o dinheiro acabando. Aproximadamente três meses depois, ela conseguiu um emprego como auxiliar de

cozinha em um bar/restaurante, vale ressaltar que este trabalho, mais uma vez, e como todos os outros, não era de carteira assinada, ela comentou: “meus empregos sempre foram assim, sem carteira assinada. O único que tinha tido até então de carteira assinada foi o do hospital que eu perdi por ter ido morar em Sobral”.

Após uns meses trabalhando nesse bar/restaurante, Lis recebeu uma nova proposta de emprego, de carteira assinada, como cuidadora de idoso, também por indicação, ela relembrou: “eu nunca fui de fato selecionada a partir de um currículo, sempre foi assim, alguém indicando”. Ela disse que não pensou duas vezes e aceitou. Quem ofereceu a proposta de emprego foi sua ex psicóloga, da época do acompanhamento com profissionais que ela teve no Hospital de Messejana. Portanto, para ela, o fato de ser um emprego proposto pela sua ex psicóloga, que já conhecia toda sua história, lhe dava a possibilidade e confiança de não precisar se esconder por trás de outra identidade, poderia ter um emprego onde ela iria ser ela mesma e ainda com todos os benefícios.

Esse emprego surgiu para ela em 2018 e é o trabalho que ela exerce até hoje. Lis relatou com muito entusiasmo sobre essa oportunidade, ela relembrou que foi chamada para uma entrevista e após 15 dias da entrevista, ela foi contratada, relembrou:

No começo, a escala era bem puxada, mas depois a gente foi melhorando para uma escala mais flexível e melhor, que hoje é 48 por 48. Eu trabalho dois dias e duas noites seguidas, e folgo dois dias e duas noites. Aí quando eu saio, a outra cuidadora assume, que a mesma também entrou no mesmo período que eu.

Lis relatou que gosta muito do emprego, relembrou que desde sempre teve muita afeição pela enfermagem, inclusive, quando ela trabalhou no hospital também fez o trabalho voluntário ajudando pacientes. Então esse curso de cuidadora de idosos que ela cursou, já foi motivada pelo desejo de se aproximar das áreas de cuidado com o outro, mas que, conforme mostrou no seu relato, ela nunca teve a oportunidade de se dedicar exclusivamente a um curso de graduação, ela comentou:

Eu tive sempre que partir mais para esse lado da sobrevivência, de estar sempre trabalhando, mesmo que o emprego não fosse tão bom, sempre buscando alguma coisa, para que eu pudesse ter uma renda e que não tivesse que fazer outra coisa ou até mesmo vender o meu corpo para poder me sustentar.

“Tive muita sorte”, foi a forma como ela se referiu ao pensar no seu atual emprego. Ela contou que quando começou a trabalhar cuidando dessa pessoa, ela já tinha seu nome ratificado, se identificava como mulher transexual e foi muito bem aceita por toda a

família do seu patrão: “graças a Deus nunca me desrespeitaram, os familiares super gostam de mim, nunca tive nenhum problema, e nem com os outros filhos, porque ele tem três filhos”.

Lis ainda relatou que os outros trabalhos que teve antes, só eram trabalhos que ela aceitava porque precisava, porque sabia fazer, mas não necessariamente porque gostasse. Contudo, o atual emprego faz mais sentido para ela não só pelo fato de ser um emprego no qual ela ganha bem melhor, mas por ser algo que ela sempre gostou e no qual ela pode ser livre como mulher trans. Contudo, ela relatou que não é um emprego no qual ela quer ficar para sempre. Ainda tem outros sonhos:

Eu não quero ser cuidadora para minha vida toda, porque eu quero ter mais estabilidade. Eu tenho responsabilidade, eu receberia uma ótima carta de recomendação do meu emprego atual, tenho certeza, porque além de estar no trabalho como cuidadora com o idoso, eu tenho trabalho de governança dentro da casa, eu sou quem sempre estou lidando com os filhos dele sobre a transferência bancária, sobre questão financeira, sobre compras, sobre prestação de contas, então tudo é comigo.

Foi possível perceber neste momento da sua fala que Lis se expressava com orgulho sobre suas atividades e sobre a confiança que a família do seu patrão tinha depositado nela. Além disso, ela ressaltou e nomeou a família para a qual ela trabalha como uma família com boas condições financeiras, o que a faz sentir mais orgulho ainda por ter conseguido um bom nível de confiança com eles, ela relatou se sentir muito útil. A partir disso, podemos perceber o quanto o trabalho também colabora significativamente para definir a posição social (SOUZA; BERNARDO, 2014).

Ela comentou que ainda que quer ter uma graduação, como relatado no início da sua história, Lis teve que deixar os estudos de lado porque conseguiu seu emprego de carteira assinada, que foi uma oportunidade única na sua vida, porém, atualmente, ela está voltando a mergulhar nos estudos, pois ainda sonha com cursar Serviço Social, nas palavras dela: “antes dos meus 30 anos eu quero já estar concluído uma graduação e estar podendo atuar em outra área”.

Lis concluiu seu relato comentando que já faz um ano que se encontra em uma lista de espera do Sistema Único de Saúde - SUS, em Recife, para fazer a cirurgia de redesignação e mamoplastia, entretanto, essa questão está sendo trabalhada atualmente em terapia, pois, ela ainda se questiona se essa vontade é algo realmente dela ou de uma sociedade que impõe que ela só será considerada mulher, de fato, quando tiver uma vagina, entre outras questões e medos como o de perder a sensibilidade e/ou prazer. Para ela, hoje em dia, ser transexual é uma questão de auto identificação e se ela se auto identifica como uma

mulher, é assim que ela espera que as pessoas a reconheçam, independentemente do seu órgão genital ou da identificação que deram a ela ao nascer.

Lis ainda comenta que, na sua vida, o que foi mais difícil de enfrentar como mulher transexual foi o mercado de trabalho, sem dúvidas. Inclusive, ela ressaltou, mais uma vez, que todos os empregos que conseguiu sempre foram por alguma indicação ou por já conhecer alguém que ajudasse ela, mas nunca como uma mulher transexual que se apresentou com seu currículo e foi aceita. Ainda assume que, hoje em dia, ela é colocada dentro de uma posição privilegiada se comparada com outras transexuais de Fortaleza, mas ela relembra: “não é que eu tenha sido privilegiada, mas o que tenho hoje foi por eu ter tido muita sorte na vida, porque embora desde a infância tenha sido agredida física e psicologicamente por essa sociedade, eu não desisti e não morri”.

Torna-se necessário ressaltar aqui que, apesar de Lis ter sofrido bastante com relação à transexualidade e à questão de aceitação familiar, ela ainda destaca que o mercado laboral tem sido o mais difícil de enfrentar durante sua vida. Assim mesmo, foi claramente relatado por ela e percebido por nós a sua alegria ao contar as condições do seu atual emprego, nos permitindo afirmar, mais uma vez, a centralidade e importância do trabalho na vida do homem, assim como categorizar o mesmo, de acordo com Álvaro e Garrido (2006), como uma dimensão fundamental para analisar o nível de bem-estar das sociedades contemporâneas e das pessoas que a conformam.

5.2 Aurora

Nossa segunda entrevistada foi Aurora, mulher transexual, nascida numa cidade do interior do Ceará. Atualmente mora em Fortaleza, Ceará, tem 19 anos de idade e cursa o nível superior numa Universidade Pública em Fortaleza

Aurora começou seu relato contando sobre a descoberta da transexualidade. Ela acredita que, normalmente, as pessoas transexuais escolhem uma idade para assumir e traduzir em atos aquilo que sempre sentiram ser. Aurora destacou que essa idade, geralmente, varia de acordo com a possibilidade de acesso a determinadas informações que confirmam os desejos e pensamentos que, na maioria das vezes, já são carregados por elas desde a infância.

Nossa entrevistada lembrou que a transexualidade foi algo que desde sempre permeou sua vida, não de forma tão nítida nos primeiros anos, mas que hoje em dia, fazendo uma auto avaliação da sua história, ela percebe como a figura feminina sempre foi sua maior admiração desde que era criança. Um exemplo disso, para ela, é lembrar que sempre gostou

muito de desenhar e que se for rever seus desenhos de infância, a maioria deles são de mulheres, embora não tivesse uma explicação lógica para aquilo na época.

Ela também relatou que sempre “brincou” com a questão de gênero, mesmo tendo nascido com o sexo biológico de homem e considerado socialmente como um menino, brincava sempre com roupas femininas, com as maquiagens da sua mãe e com todo o universo do que é dito e considerado de mulher. Então, ela comentou que esses “conflitos” sempre a acompanharam, o fato de ser um homem, mas se sentir mulher o tempo todo a fizeram chegar a um determinado momento da vida, na adolescência, que ela chamou de certa forma de resignação: “sempre pensava que nessa vida eu não poderia ser mulher, talvez na próxima, talvez se eu pudesse nascer novamente”, apresentando uma ideia marcante de "abandonar" a vida, ao negar seus desejos.

Ela explicou que considera que sua infância e adolescência sempre foram muito conturbadas, não só por essas questões internas com as quais ela tinha de lidar, mas porque parte da sua família apresentava determinados problemas psicológicos que, de acordo com ela, influenciaram para que sua construção de vida fosse difícil. Ela comentou que tanto seu pai quanto seu irmão eram diagnosticados com problemas como depressão e transtorno bipolar.

Aurora disse que com o passar do tempo, como a maioria das pessoas que hoje se assumem transexuais, ela também tentou esconder isso dela mesma. Ela relatou que passou grande parte da sua adolescência negando essa verdade. Então, foi na adolescência/juventude que Aurora teve que, como muitas mulheres transexuais, inicialmente, se declarar um homem gay. Porém, chegou um determinado momento da sua vida em que ela teve que ir ao encontro dos seus desejos e sentimentos internos.

Ela contou que esse momento começou a partir da morte do seu pai. Aurora tinha 15 anos de idade quando seu pai faleceu. Ela nos informou que após a morte dele, uma tia a convidou para vir morar em Fortaleza e continuar seus estudos aqui na capital. Até esse momento da sua vida, ela ainda se apresentava como um homem gay para seus familiares e para a sociedade no geral. Porém, ela fez questão de ressaltar que o sentimento da mulher que queria nascer internamente sempre esteve presente.

Ressaltamos aqui, novamente, essa situação muito presente na vida de mulheres transexuais, se assumirem como homens homossexuais inicialmente no intuito de minimizar de certa forma as rejeições da sociedade que, como defende Amaral (2013), além de heterocentrada é também machocentrada, sendo por isso a discriminação contra mulheres transexuais e travestis femininas mais marcada do que a dos homens gays.

Aurora, então, se mudou para Fortaleza aos 15 anos de idade e foi quando iniciou os estudos numa instituição de ensino pública que ela teve seu primeiro contato com uma mulher transexual, ela relembrou:

Foi lá que eu vi pela primeira vez na minha vida uma pessoa trans de perto, porque nos meus conhecimentos sempre foi aquela figura exótica, a travesti na rua, a travesti na marginalidade, e eu não queria aquilo para mim. [...] foi quando eu tive contato que eu passei a me questionar que de repente, talvez, se um dia eu fosse para fora do país, se eu fosse morar em outro lugar talvez eu conseguisse ser mulher também. Eu não precisaria morrer e nascer de novo.

Ela relembrou que foi depois desse momento que “caiu a ficha” de tudo que ela sempre tinha sentido. Foi então quando passou a se questionar sobre o que queria, sobre a possibilidade de se afirmar como aquilo que ela sentia ser, uma mulher. Mesmo sabendo que seria algo extremamente difícil para ela, comentou: “todas as certezas que eu construí na minha vida começaram a desabar, porque eu sabia que as instituições que pregam sobre amor, sobre aceitação, elas iam falhar comigo quando eu me assumisse”.

E foi justamente o que aconteceu, Aurora contou que quando iniciou seus primeiros passos para o processo de transição, a sua tia já começou a ter muitas atitudes preconceituosas, mesmo antes dela se assumir totalmente, posto que o processo não é imediato e nem fácil. Mas ela lembra que já sentia da sua tia uma rejeição. Porém, ela também relatou que sempre teve muito claro que ela precisava ficar na capital para tentar construir um futuro melhor para ela, então ela tinha que, de certa forma, “suportar” qualquer coisa para poder conquistar o que ela queria.

Neste momento da sua fala, ela se emocionou e relembrou que a questão de se assumir como mulher transexual no interior onde ela nasceu, teria sido algo quase impossível, de acordo com ela: “eu sabia que para minha mãe aceitar ia ser difícil, mas eu também sabia que com o meu pai seria impossível, então, querendo ou não, a morte do meu pai foi um pouco de alívio para mim”. Neste ponto do seu relato ela ficou pensativa por um momento e concluiu:

Eu conheci o meu pai, ele era muito preconceituoso, era uma pessoa violenta, então, eu tinha esse medo, por isso que eu escondia isso de mim mesma. Eu achava que com a minha mãe ia ser mais fácil, hoje em dia eu vejo que não, eu me equivoquei, eu me equivoquei.

Com certa expressão de tristeza ela continuou seu relato comentando que começou a ter muitas crises de ansiedade, ela explicou que essas crises iniciaram depois da

morte do seu pai e com sua mudança para Fortaleza começaram a ficar mais fortes, principalmente, quando ela começou a querer externalizar a sua identidade verdadeira e não conseguia. Aurora definiu como “um processo de limbo”, entre seus 15 e 17 anos, quando ela se entendia como uma mulher transexual, mas não tinha a coragem e força de assumir e externalizar, ela relatou:

Eu não tinha a coragem e nem a força de exteriorizar, então, foi um período de adoecimento muito grande, sofri muito. [...] dizem muito para gente se aceitar, mas eu sempre pensava como era que eu ia me aceitar se no momento que isso acontecesse eu sabia que de repente eu perderia tudo.

Ela lembrou que um dos seus maiores medos era não saber se ela conseguiria terminar o ensino médio depois que se assumisse, assim mesmo, ela relata que sempre pensava que não conseguiria nenhum emprego, e isso lhe causava muita angústia por achar que acabaria tendo que se prostituir para sobreviver, nas palavras dela: “eu lembro que uma das minhas dúvidas era com relação a conseguir um trabalho, porque se assumir transexual era meio que um futuro certo já com relação a isso, não conseguir um emprego e nem fazer faculdade”.

Foi possível perceber neste momento da sua fala que Aurora sempre teve esse medo e preocupação com o futuro, ela pensava no trabalho como algo que, mesmo ela ainda não tendo, de certa forma ela já sabia que “perderia” por ser uma mulher transexual, assim, percebemos que o trabalho e as funções que ele traz para a vida das pessoas são tão marcantes que, mesmo antes de ter um, os sentidos do mesmo já se faziam presentes da vida dela. Ao mesmo tempo, a partir desse relato, percebemos, mais uma vez, a realidade da maioria das mulheres transexuais que por assumirem quem são dentro da sociedade heteronormativa, acabam tendo que seguir caminhos como o da prostituição tanto pela falta de oportunidades para elas quanto pela necessidade de sobrevivência (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Essas questões e inseguranças permearam sua vida durante esse período e ela relatou ter ficado muito confusa, ela comentou que passou o ensino médio pensando que quando finalmente transicionasse, ela não conseguiria mais concretizar seus sonhos e planos futuros, segundo ela: “isso me deixou muito perturbada, eu fiquei muito mal, acabei me auto mutilando e sendo internada em um hospital, na ala de saúde mental”. Neste momento da sua fala ela mostrou algumas marcas da sua automutilação presentes no braço e com expressão de tristeza ela concluiu:

Foi após minha internação que minha tia disse que não tinha mais como eu morar com ela, que eu teria que voltar para o interior, morar com a minha mãe. [...] nesse momento, eu senti que minha vida tinha acabado ali, que meus projetos futuros eu não conseguiria realizar, porque eu voltaria para aquele interior e seria aquela vida, talvez eu não conseguiria transicionar ou se eu transicionasse seria muito mais difícil, então foi um período muito difícil na minha vida.

Percebemos, mais uma vez, que quando as marcas da transexualidade aparecem e/ou as consequências das ações de mulheres transexuais que não conseguem se encaixar no padrão socialmente imposto, geralmente, surgem também as rejeições, principalmente nas famílias. No caso de Aurora, ela disse que todo aquele contexto que envolvia o desejo muito forte de querer ser a mulher que sempre tinha sentido ser, era uma pressão muito grande e que ela se sentia culpada por aquilo, ela disse que quanto mais ela pensava em querer ser mulher, mais ela via que isso era algo impossível de acontecer, então ela recorreu a automutilação como uma forma de punição para com ela mesma, lembrou: “eu falava e pensava comigo mesma que a culpa era minha, que eu não podia ser assim, eu me mutili para tentar acordar e entender que ser trans ia me machucar, eu tinha que parar de tentar se aquilo”.

Aurora também comentou que durante os dias que ficou internada, foi constantemente medicada e que passava mais tempo dormida do que acordada. Nesses dias, sua tia tinha revisado todas suas coisas e acabou achando as roupas e produtos femininos que ela mantinha escondidos. Por fim, quando saiu do hospital, ela foi mandada embora de volta para o interior. Ela comentou: “as pessoas que me acolheram quando meu pai faleceu e me trouxeram para cá porque queriam que eu tivesse um futuro melhor, tiraram isso de mim por eu ser trans. [...] Foi muito doloroso”.

Nossa entrevistada lembrou que voltou para sua cidade destruída, sem nenhuma perspectiva de futuro. Neste momento do seu relato, ela comentou sobre sua mãe, a quem descreveu como uma mulher analfabeta, que não chegou a concluir o quarto ano do ensino fundamental e como alguém que teve uma história de vida muito dura, então, para ela, a ignorância da sua mãe seria mais um motivo para ela ter a certeza de que jamais seria compreendida por ela e nem pelos seus irmãos como uma pessoa transexual.

Durante seu relato, ela avaliou aquele episódio da automutilação e da internação e disse ter sido um acontecimento que hoje em dia ela considera muito importante na sua vida, pois, conseguir olhar para esse passado, para essas marcas na sua pele e saber que no final saiu viva daquilo tudo é muito esperançoso hoje.

Quando Aurora voltou para o interior, em 2017, ela contou ter se aproximado da sua irmã mais velha, para quem contou tudo que tinha acontecido e tudo que ela sentia e

queria com relação à transexualidade. Nossa entrevistada disse que sua irmã, mesmo sem entender muito sobre o assunto, decidiu ajudá-la e dar todo o apoio que fosse necessário. Ela a encorajou a não desanimar com relação aos seus sonhos, a incentivou a continuar estudando para tentar passar em uma faculdade e poder voltar para Fortaleza onde ela poderia fazer sua transição, trabalhar, ter seu próprio dinheiro para viver a vida que queria. E assim ela fez. Mas ela ressaltou também que os meses que se passaram até ela conseguir voltar, foram meses durante os quais ela precisou viver “incubada” em um corpo e identidade que não era a sua, portanto, ela disse ter sido um dos momentos mais difíceis que já viveu: “foi muito sofrido, durante esse tempo houveram algumas tentativas de suicídio, tinha dias que era impossível viver, mas eu fiz um esforço, consegui estudar, passei no vestibular”.

Foi assim que Aurora conseguiu voltar para Fortaleza, no ano de 2018, para estudar no Instituto Federal do Ceará - IFCE. Neste momento da sua fala, Aurora lembrou o quanto ela sempre associou a possibilidade de transição com a ligação a uma universidade impreterivelmente, ela comentou:

Lembro que eu sempre associava a transição com estar na universidade, porque eu achava que era uma garantia de alguma coisa. Eu sabia que ia ser tudo muito difícil e por isso eu precisava de um futuro profissional brilhante, para conseguir um emprego e pelo menos ser reconhecida como gente.

Foi possível perceber, durante o relato que Aurora nos contava, o quanto a questão de ter um emprego era algo muito forte nela. Ela conseguiu atribuir ao trabalho uma centralidade na vida da pessoa de tal forma, que nos confirma o que discutimos em capítulos anteriores. Para ela, o trabalho era o que daria a ela dignidade, a partir do trabalho ela conseguiria, finalmente, ser a mulher transexual que sempre quis. Ela associou que essa conquista viria por meio de lutas várias que antecedem até a uma vaga de emprego e si. Por isso, Aurora se dedicou e se dedica muito aos estudos até hoje.

Ela contou que, nessa ocasião, ela veio morar com uma amiga da sua irmã que decidiu ajudá-la inicialmente. Nos primeiros meses do curso, Aurora já começou a se assumir como mulher, começou a usar roupas femininas e maquiagens. Ela disse ter sido algo muito libertador no começo, até começar a viver na pele atos preconceituosos e transfóbicos que a levaram a começar uma desconstrução de toda aquela ideia referente ao que ela achava que seria se assumir como mulher trans. No curso, ela disse que começaram os olhares estranhos, a falta de identificação com o outro, não tinha nenhuma outra transexual nesse ambiente e ela começou a se sentir muito excluída por isso. Assim mesmo, na casa onde ela morava, que era

alugada pela sua amiga, a proprietária do lugar morava do lado e tinham uma área compartilhada entre as casas, ela disse que teve um episódio de um celular que sumiu e acusaram ela como a pessoa responsável por esse roubo, entre outras falsas acusações. Ela revelou também ter certeza que esses episódios foram armados para ir contra ela e tirar ela daquele lugar.

Aurora comentou que, durante todo esse período, ela também frequentava o Sistema Nacional de Empregos - SINE regularmente no intuito de conseguir algum trabalho, assim como também realizava trabalhos informais como o de venda de docinhos que ela mesma fazia, tanto na faculdade quanto nas proximidades do bairro onde residia.

Após a acusação do roubo, ela teve que sair da casa onde morava e foi nesse momento que ela se viu na obrigação de ir pedir ajuda a sua tia novamente. Ela disse que pensou em que, como naquele momento ela estava estudando em uma instituição de ensino superior, sua tia poderia abrir as portas para ela novamente, ela lembrou:

Precisou acontecer esse ato extremo para minha família me acolher. Como eu tinha falado, eu sabia que as instituições que mais pregam o amor e aceitação iriam falhar comigo, a família, a igreja. Mas entre saber racionalmente e viver na pele tem um abismo, e quando eu vivi isso foi devastador para mim.

Aurora disse que só precisou passar um período de aproximadamente três meses morando com sua tia, pois, com muito esforço e estudo ela conseguiu passar para outro curso na Universidade Federal do Ceará - UFC, que, inclusive, é o curso que ainda cursa atualmente. Com essa transferência para a UFC, ela disse que as coisas começaram a ficar melhores, pois, além dela ganhar um auxílio estudantil, também conseguiu entrar na fila para conseguir uma vaga na Residência Universitária. Neste momento da sua fala, Aurora comenta com certa tristeza que ela tem consciência de que nenhuma das dificuldades que vem enfrentando até hoje teriam acontecido se ela fosse uma mulher cisgênera, ela comentou:

Nada disso teria acontecido se eu fosse uma pessoa cis, eu tenho consciência disso. Então, às vezes me parece que a sociedade é que empurra a gente para a gente odiar a nossa identidade. Parece que tudo que nos acontece é por sermos trans. Em nenhum momento existe uma conscientização de que tudo isso está acontecendo porque a sociedade é preconceituosa.

Aurora falou, mais de uma vez, que ela se dedica aos estudos de forma intensa, pensando que será, talvez, uma carreira brilhante a única coisa que poderá ajudá-la a ter um futuro emprego diferente dos que ela já teve que aceitar para poder ter uma renda, por exemplo. Ela lembrou de um trabalho que ela aceitou há um tempo atrás, o qual consistia em

atrair pessoas, no centro da cidade, para explicar sobre planos de saúde e a cada quatro pessoas que preenchessem o formulário e posteriormente fizessem a contratação do plano, ela recebia uma “mixaria”. Ela lembrou que era algo extremamente doloroso para ela fazer esse trabalho porque, além de não ganhar quase nada, ainda tinha que aguentar inúmeras ofensas das pessoas na rua.

Por tudo isso, ela comentou sobre sua dedicação ao curso, relatou ser uma boa aluna, inclusive, disse ter sido uma das primeiras classificadas em ambos cursos que passou. Ela ressaltou também que acredita que irá precisar se dedicar muito para tentar passar em algum concurso público algum dia, pois ela não consegue enxergar muitas possibilidades de trabalho se apresentando como candidata transexual em qualquer vaga que surgir.

Com relação ao trabalho e à forma como ela enxerga e lida com essa questão, ela comentou que sente muito medo de como será sua vida como professora, ela nos informou que ela é a única mulher transexual no seu curso e provavelmente uma das primeiras no Brasil, nas palavras dela:

Para mim não existe uma referência de uma outra pessoa que já passou por aquele ambiente, então eu vou ser a primeira e vou sofrer todo o baque. [...] É assustador pensar como é que vai ser pra mim dar aula [...]. Então, esse pioneirismo é uma coisa que me assusta muito.

Logo em seguida, ela fez uma reflexão diretamente relacionada às pessoas transexuais e o mundo do trabalho, afirmando que a questão laboral é uma coisa tão importante para as pessoas e muito mais importante para as pessoas transexuais, não apenas pela motivação que o trabalho oferece às pessoas para ter um propósito de vida, como ela explicou, mas, no seu caso e no de muitas mulheres transexuais, existe mais uma questão da sobrevivência: “eu me pergunto como é que eu vou sobreviver nesse mundo que não me contrata, que não me aceita. Eu e outras lutamos mais do que nada para sobreviver. Eu ainda tenho a oportunidade de estudar, tem outras que nem isso”. Ela ainda completou:

Para mim o trabalho é aquilo que te motiva, para mim o trabalho não poderia ser uma coisa só para eu pagar as minhas contas, tem que ter uma motivação pessoal muito forte, então, sempre tive esse desejo de realizar um trabalho que tivesse a ver com a minha história de vida, que tivesse a ver com tudo que eu passei e que de certa forma ajudasse o outro; por isso esse interesse em estudar inclusão, de estar numa escola ou de dar uma aula, de ensinar para o outro, de mostrar outros caminhos. [...] Eu vejo trabalho como essa coisa que dá uma motivação pra gente acordar no dia a dia.

Atualmente, Aurora trabalha dentro do mundo acadêmico, conforme ela definiu. Ela disse que busca qualquer tipo de trabalho como o de monitorias, por exemplo, porém, até nessas vagas ela sofre preconceito e rejeição. Mas ela relatou que desde que mora em Fortaleza, aprendeu a sobreviver com trabalhos informais, conforme dito acima, e atualmente também com o auxílio da Universidade.

Nossa entrevistada também relatou que já enviou várias vezes currículos para diversos lugares, porém, nunca foi contratada em nenhum cargo. Ela comentou que sempre apresentou seu currículo com o nome civil, pois ainda não conseguiu fazer a mudança de nome. Portanto, já chegou até ser chamada para entrevistas, mas na hora que ela se apresentava com a aparência feminina, ela era desclassificada. Em outra ocasião ela disse: “já tive que fingir que era homem mesmo, mas eles sempre percebiam”. Afirmando assim, nossa discussão teórica feita anteriormente, onde destacamos que nos próprios processos de recrutamento e seleção, enquanto via de entrada às organizações, é possível identificar a presença de transfobia perpassando tais procedimentos.

Aurora também comentou sobre as experiências constrangedoras que ela já teve que passar ao entregar seu currículo, ela disse já ter ido em uma loja de um shopping e chegando lá disseram para ela que no momento só estavam aceitando mulheres como candidatas para a vaga. Da mesma forma, ela comentou que existem algumas empresas que até divulgam vagas para pessoas transexuais, porém, não são todas as transexuais que eles aceitam, nas palavras dela:

Mesmo algumas lojas que abrem todo esse negócio de incluir pessoas trans na empresa, quando você vai olhar são pessoas trans que precisam ter uma aparência padrão, ao ponto de nem parecerem pessoas trans. Acabam discriminando pela aparência.

A partir desse relato, podemos destacar as palavras de Adelman *et al.* (2003) quando afirmam que dentro no mundo laboral, pessoas com uma ambiguidade de gênero podem sentir rejeição por não conseguirem se encaixar nas exigências do mercado de trabalho, principalmente, quando o mesmo associa determinadas ocupações à apresentação e conservação da imagem, afirmando que existe uma estrutura segmentada pelo gênero, com base na dicotomia convencional homem/mulher.

Sobre os trabalhos informais que realizou, ela disse que sempre “se virou de alguma forma”, além dos docinhos que vendia, também vendia desenhos, assim como também trabalhou de forma informal um tempo em uma gráfica:

Nunca fui contratada formalmente, então, cheguei a um ponto da minha vida que eu pensei que tinha que ficar ao máximo focada na Universidade e em uma carreira acadêmica, porque eu sei que eu vou me desgastar procurando emprego e eu não vou conseguir, então, esse tempo eu posso conseguir uma bolsa de estudos até me formar.

Atualmente, ela mora com dois amigos, também do curso que faz, ela disse que está se automedicando, tomando hormônios, pois tentou entrar na lista de espera do Sistema Único de Saúde - SUS para poder ter um acompanhamento com profissionais, mas, infelizmente, demora muito e teve que iniciar o “tratamento” por conta própria, assim mesmo, atualmente ela é acompanhada por uma psicóloga também em um serviço gratuito que ela conseguiu. Ela disse que cada passo da transição é uma sensação de renascimento:

É libertador mudar o nome do Facebook, tomar a primeira dose de hormônio, usar o primeiro vestido, usar o primeiro salto, usar o primeiro batom, etc. [...] A gente tem toda uma expectativa de renascimento, de finalmente ser aquilo que a gente sempre sonhou.

Com relação às experiências transfóbicas que ela ainda vivencia, ela disse que são duas as mais fortes para ela, o uso do nome civil e o uso do banheiro masculino. Com relação ao nome, Aurora explicou que ainda não é retificada com seu nome social, por falta de dinheiro e de uns documentos que faltavam, seu processo de mudança de nome ficou mais demorado do que ela gostaria, então, ela ainda deve apresentar seu documento de identidade onde consta seu nome civil e ela disse ser um motivo muito grande de constrangimento ter que apresentar uma identidade com nome masculino, porém se apresentar com aparência feminina.

Conforme destacado por Souza (2012), a questão do nome é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas pessoas transexuais no momento que se candidatam para uma vaga de emprego, justamente, pelo fato da maioria delas não possuírem os devidos documentos pessoais que estejam de acordo com sua identidade de gênero. Dessa forma, compreendemos que no momento de realizar uma apresentação formal, como em um processo seletivo, geralmente, a identidade civil reflete uma pessoa diferente da identidade que está sendo expressa corporalmente, conforme destacado acima.

Da mesma forma, ressaltamos, mais uma vez, a importância do profundo significado que o nome traz para a vida dos sujeitos, conforme destaca Andrade (2012), posto que o nome é algo que incorpora diversos significados simbólicos tanto para o sujeito que se enxerga de uma forma, mas que seu nome lhe impõe outras interpretações, assim como para o coletivo social no qual esse indivíduo está inserido (ANDRADE, 2012).

No que diz respeito ao uso do banheiro, ela disse que nem sempre ela consegue entrar no banheiro feminino como gostaria, ainda tem pessoas que acham isso algo ruim e ela já chegou até ser expulsa de alguns banheiros. Conforme vimos nos capítulos anteriores deste trabalho, esta situação também se apresenta como bastante relevante para mulheres transexuais, podendo ser causadoras de grande sofrimento.

De acordo com Bento (2006), já desde os primeiros anos de vida, ainda nos espaços escolares primários, as pessoas transexuais, além de serem vítimas de constantes brincadeiras maldosas, não se sentem à vontade nem mesmo para frequentar o banheiro correspondente ao seu sexo anatômico e essa situação de constrangimento se perpetua no tempo da vida dessas pessoas, não ficando isentas disso quando ingressam no campo laboral formal ou informal ou, neste caso, no espaço acadêmico de ensino superior.

Nossa entrevistada também relatou que, hoje em dia, estar dentro da Universidade é também um certo tipo de proteção, ela disse se sentir mais segura dentro desse espaço, por ter pessoas com pensamentos mais livres e de aceitação do que em outros lugares, ela comentou:

Me sinto um pouco mais segura, é tanto que toda a minha vida gira em torno dessa Universidade, eu moro próximo daqui, eu não saio muito do bairro, porque o bairro, querendo ou não, é frequentado por pessoas LGBT, então sinto segurança de talvez não ser agredida nessa área da cidade, mas eu sei que se eu morasse mais distantes seria mais complicado.

É interessante compreender como esse movimento da escolha do bairro onde morar e os lugares aos quais frequentar são analisados com muita cautela por pessoas transexuais, pois o medo de sofrer algum tipo de agressão é sempre presente. Não é à toa que, conforme destacamos anteriormente, na revista Fórum (2014) e jornal O Globo (2018), destacam-se matérias jornalísticas onde se coloca o Brasil como o país que mais mata transexuais e travestis no mundo, assim como também é considerado o país do transfeminicídio.

Chegando no final do seu relato, Aurora comentou sobre a solidão de ser uma mulher transexual. Ela disse que a transexualidade é muito dolorosa em vários aspectos, conforme tudo que citamos aqui, porém, a solidão é um dos que mais pesa na sua vida. O fato de não conseguir se relacionar com pessoas de forma amorosa é muito difícil, pois ela acredita que ninguém consegue enxergar nela uma mulher, ela disse que muitas vezes as pessoas só se aproximam por curiosidade e isso é algo que dói muito nela, conforme destacou:

Um futuro profissional é uma coisa muito inalcançável para nós, mas um sucesso na afetividade é uma coisa ainda mais inalcançável. [...] Se eu me dedicar muito, ainda acho mais fácil quebrar algumas barreiras do mercado de trabalho do que encontrar um parceiro que tenha coragem de me enxergar como a mulher que eu sou, e que tenha a coragem de me assumir, porque muitas vezes eu fico muito no lugar do fetiche, isso é tão doloroso para mim, lugar da objetificação, e eu não quero ser sexualizada a esse ponto.

Nessa fala carregada de sentido, foi possível perceber o sofrimento que a mulher transexual vive na nossa sociedade. Essas dores que vão para além do mercado laboral e que acompanham a vida dessas pessoas desde muito cedo e em diversos âmbitos.

Aurora se considera mulher transexual de orientação heterossexual. Para ela a transexualidade é também uma questão de auto identificação, não concorda com a tentativa de categorização que a sociedade tenta fazer o tempo todo, por exemplo, diferenciar transexual de travesti a partir de um órgão genital ou não. Ela disse que, atualmente, ainda pensa sobre a possibilidade de cirurgia de redesignação, porém não é uma prioridade. Por enquanto, ela prefere realizar outras mudanças mais importantes no seu corpo como colocar seios, tirar pelos do rosto, tomar hormônios de forma segura com acompanhamento, entre outras, ela relatou:

Algumas pessoas trans divergem de mim, porque nem todo mundo pensa igual, mas na minha visão de mundo é que tudo parte muito da resistência linguística. [...] Foi ensinado que ser travesti remete a um contexto de marginalização e ser transexual é algo mais higienizado. Para mim, a minha identidade de gênero está na minha cabeça, então eu não preciso passar por todo um processo que vai me dar o aval de quem sou, para eu poder me sentir bem comigo mesma. [...] Não é o outro que tem que definir quem eu sou e sim eu mesma.

Com relação ao contato com familiares atualmente, ela disse que depois de se assumir como mulher trans perdeu tudo, toda sua família se isolou dela, inclusive a irmã que a ajudou e a encorajou no começo da sua transição. Seu círculo de amizades é muito reduzido também, ela relatou que ainda se sente profundamente incomodada de ser tratada no masculino e por ser algo que acontece com frequência, ela prefere se isolar das pessoas para evitar mágoas. Aurora também citou uma questão que consideramos relevante trazer aqui, relacionada a suas experiências com psicólogos e psicólogas. Ela disse nunca ter sentido um real preparo desses profissionais para acompanhar sua história. Ela comentou que sentiu em diversas ocasiões que eles tentavam enquadrar ela na categoria da transexualidade ou não a partir do seu desejo de permanecer com sua genitália ou de retirá-la do seu corpo.

Essa questão é uma crítica que fizemos nos capítulos anteriores a este e afirmamos novamente a partir da fala da nossa entrevistada. Embora existam alguns avanços

neste campo, que orienta a atuação profissional de psicólogos no Brasil para que transexualidades e travestilidades não sejam consideradas patologias, impedindo o uso de técnicas que reforcem preconceitos, estigmas, estereótipos ou qualquer tipo de discriminação, percebe-se que o conhecimento dos psicólogos nesta categoria da transexualidade ainda está em construção, alguns profissionais ainda precisam lutar mais pela despatologização dessas identidades (SILVA; MELO, 2017).

Reafirmamos com isso, mais uma vez, a importância deste trabalho, posto que, conforme dito acima, quanto mais diversificado e amplo for este campo de estudo, maior será a possibilidade de compreender pessoas trans e pensar em estratégias que possam amparar esse público em suas vulnerabilidades (ANDRADE, 2012). De acordo com nossa entrevistada: “eu não lembro de ter ido para nenhum psicólogo que tivesse um real preparo para lidar comigo, era tudo na base da experimentação, às vezes eu sou a primeira paciente trans”.

Por fim, ela comentou que, atualmente, ela precisa continuar estudando e conseguindo o dinheiro da forma que der, sem descuidar os estudos, pois o trabalho é algo tão importante para ela que precisa se esforçar muito para poder conseguir um bom emprego algum dia, pois não tem muita esperança de conseguir nenhum trabalho em empresas da cidade conforme relatado durante sua história.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento final de nossa investigação, gostaríamos, antes de mais nada, relembrar os objetivos gerais e específicos que traçamos inicialmente e que nos fizeram chegar até aqui, no intuito de descobrir se fomos capazes de contemplá-los de forma adequada e satisfatória conforme nos propusemos.

No que diz respeito ao nosso primeiro objetivo específico, que buscava realizar um levantamento teórico sobre as discussões contemporâneas de gênero, sexualidade e transexualidade, mesmo reconhecendo a limitação do tratamento dado (até por ser um aporte ao nosso propósito de recorte da inserção laboral), acreditamos ter conseguido realizar uma análise ampla e suficiente para compreender os conceitos fundamentais que cercam o contexto histórico e social da transexualidade, o que nos permitiu dialogar entre diversos autores sem deixar de lado nossa posição com relação ao caminho que decidimos defender e respeitar neste trabalho, assumindo, primeiramente, não ser nosso lugar de fala no sentido de protagonismo e vivência, portanto, com muito respeito e cautela percebemos a transexualidade como uma questão de auto identificação do próprio sujeito.

Com relação ao nosso segundo objetivo específico, que procurava compreender os impactos da diversidade sexual no mundo laboral e sua relação com outras dimensões da vida do sujeito, conseguimos apropriá-lo por meio do levantamento teórico realizado, principalmente no que diz respeito à descrição da sociedade heteronormativa que ainda dita as normas do “ideal”, assim como também por meio das colocações feitas sobre as vulnerabilidades impostas à vida de transexuais. Ambas colocações fortemente presentes nos relatos das duas entrevistadas.

Em nosso terceiro objetivo específico, onde nos propusemos analisar psicossocialmente as narrativas de vida de transexuais, com foco na área laboral, reconhecemos que o método da História de Vida utilizado para o desenvolvimento do nosso trabalho de campo foi fundamental, nos possibilitando analisar de forma menos segmentada cada história contada e reconhecendo durante a elaboração das mesmas junto com os sujeitos, a ressignificação de processos e vivências passadas, assim como também dando sentido aos momentos presentes. Assumimos, neste ponto, a dificuldade enfrentada para conseguir resumir a quantidade de informação narrada, uma vez que o método de História de Vida possui esta característica. Contudo, conforme descrito nos capítulos iniciais, para compreender a vivência laboral, as dificuldades e/ou sentidos atribuídos ao trabalho por transexuais, se tornou necessário adentrar na vida delas de forma mais profunda e detalhada

do que o esperado, posto que a inserção laboral é um processo que acompanha a vida do sujeito desde a infância. No caso de transexuais, que apresentam uma vida geralmente marcada por dificuldades desde a tenra infância, esta necessidade de detalhes se torna mais justificável ainda.

Posto isto, chegamos a nosso objetivo principal deste trabalho, que buscou identificar os desafios e sentidos atribuídos ao trabalho por transexuais através da compreensão de suas trajetórias laborais na cidade de Fortaleza, Ceará. Entendemos que seu alcance, mesmo sem intenção de generalização, já que optamos pelas histórias de vida, se tornou factível através do levantamento teórico apresentado nos nossos capítulos iniciais, mas também e, principalmente, na dimensão subjetiva das vivências e histórias compartilhadas por nossas entrevistadas.

Consideramos que todos os momentos da pesquisa foram fundamentais para contemplar nossos objetivos conforme proposta inicial deste trabalho. Entretanto, devido ao tempo disponível para a finalização do mesmo, assim como a outras variáveis que se apresentaram durante o percurso recorrido na construção desta dissertação, consideramos que faltou, pelo menos, mais uma entrevista. Haja vista que, em discussões iniciais do projeto, consideramos três entrevistas o número mais ideal para abordar o conteúdo que buscávamos, embora os resultados obtidos com as duas entrevistas realizadas sejam consideravelmente satisfatórios.

Assim mesmo, nos parece prudente ressaltar que acreditamos na necessidade de ampliação e continuação do tema pesquisado, pois, conforme referenciamos acima, transexuais ainda formam parte de um grupo de exacerbada vulnerabilidade no Brasil. Assim mesmo, percebemos, em ambos relatos, que a atuação do profissional de psicologia diante de pessoas transexuais, ainda se apresenta como insatisfatória. Portanto, defendemos a necessidade de uma constante renovação de pesquisas neste campo de estudo, uma vez que acreditamos que quanto mais diversificada e ampla for esta área de conhecimento, maior será a possibilidade de compreender pessoas trans e, assim mesmo, pensar em estratégias que possam amparar esse público em suas vulnerabilidades, conforme destacamos durante todo este trabalho.

Nesse sentido, esperamos que esse estudo possa servir como reflexão e como possibilitador de ampliação do tema pesquisado e, dessa forma, buscar uma maior aceitação social de transexuais, uma vez que os dados apontaram que a transexualidade ainda se apresenta como um tema complexo e que resiste à aceitação na nossa sociedade heterocentrada.

Destacamos que, embora o presente trabalho tenha procurado concentrar sua pesquisa na relação entre a transexualidade e o mundo laboral em si, tornou-se necessário, conforme dito acima, elucidar também outras esferas da vida das pessoas transexuais, uma vez que reconhecemos que as dificuldades enfrentadas e os sentidos atribuídos ao trabalho hoje em dia por elas, tem ligação direta com outros momentos da vida das mesmas.

No que diz respeito à transexualidade e sua relação com o mercado formal de trabalho, percebemos o quanto esse vínculo ainda se encontra perpassado por inúmeros obstáculos para essas pessoas, assim mesmo, os sentidos do trabalho para elas se apresentam intensificados no que diz respeito à centralidade e importância do mesmo nas suas vidas, assim como também compreendemos que as funções que o trabalho traz para a existência, se mostram como mais significativas e intensificadas para transexuais, uma vez que as barreiras para obter um emprego são muito mais difíceis de enfrentar do que para uma pessoa cisgênera, por exemplo.

Diante disso, ressaltamos, mais uma vez que, ao compreendermos o trabalho como uma esfera que ocupa um papel central na nossa sociedade, sendo um instrumento de integração social, sustento, identidade e outras funções psicossociais, conforme já destacamos, entendemos e afirmamos também que o afastamento do mercado laboral, em uma sociedade que é regida pelo consumismo e competição, causa consequências tanto objetivas quanto subjetivas na vida dos indivíduos, conforme pudemos analisar nos relatos desta pesquisa.

Portanto, em última instância, acreditamos que este estudo também se tornou estratégia possibilitadora de fala e escuta dessas pessoas, o que consideramos como um retorno positivo para nossas participantes, posto que durante essa experiência de campo, foi possível abrir o espaço para que elas pudessem ter voz e reafirmar suas identidades como como pessoas trans também. Assim sendo, aspiramos que, a partir deste trabalho, possamos ampliar as possibilidades de alcançar mais transexuais dentro e fora do mundo acadêmico, no intuito de dar ainda mais voz, ação, estratégia e amparo para com as minorias e de certa forma contribuir para parar de matá-las e poder incluí-las na sociedade e nas instituições que também são delas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Vinício. **Entre o marginal e o laboral**: o trabalho de garotos de programa da cidade de Fortaleza. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ADELMAN, M.; AJAIME, E.; LOPES, S. B.; SAVRASOFF, T. **Travestis e transexuais e os outros**: identidade e experiências de vida, Niterói, v. 4, n. 1, p. 65-100, 2003.
- ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. Trabajo, ocupación y bienestar. *In*: GARRIDO, A. (coord.) **Sociopsicología del trabajo**. Barcelona: UOC, 2006. p. 99-115
- AMARAL, T. C. Travestis, transexuais e mercado de trabalho: muito além da prostituição. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2003, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2013. p. 1 -13.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno 5**. Tradução M. I. C. NASCIMENTO *et al.* Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDRADE, L. N. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 278 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ASSEMBLEIA Mundial da Saúde: delegados aprovam resoluções sobre segurança do paciente, atendimento de emergência e trauma, água e saneamento e CID-11. Brasília, DF. Organização Pan-Americana de Saúde, 27 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36Syv3s>. Acesso em: 7 jul. 2019.
- AQUINO, C. A. B. Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luis. **Anais [...]**. São Luís, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/36EY9Zj>. Acesso em: 24 nov. 2018
- AQUINO, C.A.B. **Tiempo y trabajo**: un análisis de la temporalidad laboral en el sector de ocio – hotelería y turismo – y sus efectos en la composición de los cuadros temporales de los trabajadores. 2003. 258 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madrid, Madrid, 2003.
- AQUINO, C. A. B. Transformações no modelo industrial, ‘novos’ trabalhos e nova temporalidade. **Revista Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 19, p. 21-28, 2007.
- ARÁN, M.; Zaidhaft, S.; MURTA, D. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Revista Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 20, n. 1, p. 70-79, 2008.

ATHAYDE, A. V. Transexualismo masculino. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 407-414, 2001.

BARBARA, M. M. Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 30-49, 1999.

BARRETO, V. H. S. Às vezes eu me sinto uma puta da zona!: a atividade da prostituição vista por garotos de programa. *In*: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/375ew1P>. Acesso em: 2 dez. 2018.

BENDASSOLLI, P. F. Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3eItn15>. Acesso em: 20 set. 2019.

BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Curitiba: ANTRA, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Vze72j>. Acesso em: 8 mar. 2019

BENTO, B. A. M. Na escola se aprende que a diferença faz uma diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011.

BENTO, B. A. M. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. A. M. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, M. J. **Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil: seus discursos e suas dinâmicas**. 2003. 103 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

BERNARDO, M. H.; NOGUEIRA, F. R. C.; BÜLL, S. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. esp, p. 83-93, 2011.

BERNINI, L. Macho e fêmea Deus os criou!? A sabotagem transmodernista do sistema binário sexual. **Bagoas**, Natal, v. 5, n. 6, 15-47, 2012.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução 1.955/2010. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, p. 109-110, 3 set. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3dsUoc3>. Acesso em: 1 set. 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 01/2018**. Publicada no CFP em 29 de janeiro de 2018. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2PVFUVW>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova As Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 112, p. 59-62, 13 jun. 2013.

BRASIL segue no primeiro lugar do ranking de assassinatos de transexuais. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2PuQKGA>. Acesso em: 8 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2U17G7S>. Acesso em: 10 mar. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3du1vB3>. Acesso em: 3 dez. 2018

BRASIL: o país do transfeminicídio. **Revista Fórum**, Santos, 9 jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Mkg4LL>. Acesso em: 7 set. 2018.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3gIFKQd>. Acesso em: 2 set. 2018.

BOMFIM, B. K. S. A questão de gênero, o trabalho dos transexuais femininos e a repercussão nas garantias trabalhistas voltadas à proteção do trabalho da mulher. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 1, 2014, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2014. Tema: Direitos, gênero e movimentos sociais. Disponível em: <https://bit.ly/3dtLyL5>. Acesso em: 5 fev. 2018.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, J. C. B.; COSTA, L. F. História de vida: aspectos teóricos da Psicossociologia clínica. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 23, n. 2, 24-31, 2015.

CLASSIFICAÇÃO de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

CIRUGIAS de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008. **Portal Brasil**, Goiânia, 6 mar. 2015. Disponível: <https://bit.ly/2Au4NWz>. Acesso em: 28 nov. 2019.

COELHO, R. N. **Processo de inserção laboral**: uma visão psicossocial a partir da vivência de jovens da periferia da cidade de Fortaleza. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COELHO, R. N. **El alargamiento de la juventud**: un análisis psicosocial de las trayectorias de jóvenes en Brasil y España. 2012. 401 f. Tesis (Doctorado en Psicología) –Departamento de Psicología Social, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2012.

COELHO, J. F. **Bastidores e estreias**: performers trans e boates gays “abalando” a cidade. 2009. 157f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

COSTA, C. G.; PEREIRA, M.; OLIVEIRA, J.M.; NOGUEIRA, C. Imagens sociais das pessoas LGBT. *In*: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. (org.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: CIG, 2010. p. 93-147.

COSTA, R. P. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Editora Gente, 1994.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Revista Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 19, p. 29-37, 2007.

DOMÍNGUEZ, J. M.; LEIVA, P.; HOMBRADOS, M. I. **Transexualidad en España**: Análisis de la realidad social y factores psicosociales asociados. Málaga: Universidad de Málaga, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2yXwOW3>. Acesso em: 3 jul. 2019.

FAHEINA, Caio; PINHEIRO, Davi. **O acesso à educação de pessoas trans e travestis é a luta diária da cearense Syssa Monteiro**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 22 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2U73V10>. Acesso em: 14 fev. 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 16. ed. Rio de Janeiro: Gral, 2005. v. 1.

FREITAS, T. T.; RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos plurais).

GARRIDO, A. L. **Sociopsicología del trabajo**. Barcelona: UOC, 2006.

GIMENES, L. **Aquenda o nome de travestis e transexuais pela garantia de sua dignidade**. 51f. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Direito, Uberlândia, 2017.

HILÁRIO, L. C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

ICD-11 for mortality and morbidity statistics. Version 04.2019. [S. l.]: ICD, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2XRoBLy>. Acesso em: 3 de jun. 2019

INÁCIO, M. Transexualidade e Hospital das Clínicas de São Paulo. *In*: RAMSEY, G. **Transexuais**: perguntas e respostas. Trad. Rafael Azize. São Paulo: Summus, 1998. p. 194-197.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, DF: Autor, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/36S0QXA>. Acesso em: 27 jul. 2019.

JORGE, M. A.; TRAVASSOS, N. P. **Transexualidade**: o corpo entre o sujeito e a ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

JUNQUEIRA, R. D. Heteronormatividade e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *In*: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S (org.). **Transposições**: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2014. p. 99-125.

LEITE JÚNIOR, J. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

LEITE JÚNIOR, J. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008

MARTENDAL, L. **Experiência(s) profissionali(s)?**: relatos de mulheres transexuais. 2015. 60 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2015.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, A. **Políticas de Inimizade**. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

MÉLLO, R. P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Revista Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 24, n. 1, p. 197-207, 2012.

NERY, J. W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

OLIVEIRA, J. M. Orientação Sexual e Identidade de Gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. *In*: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. (org.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa, 2010. p. 19-44.

OLIVEIRA, R. A. A concepção do trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. **Kínesis**, Marília, v. 2, n. 3, p. 72-88, 2010.

OMS lança nova classificação internacional de doenças. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas Brasil, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2zXSNwv>. Acesso em: 3 jul. 2019.

O PRECONCEITO contra transexuais no mercado de trabalho. **Revista Carta Capital**, [s. l.], 31 out. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3cyH19f> . Acesso em: 8 set. 2016.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, p.135-148, jul./dez. 1999.

PISCITELLI, A. Estigma e trabalho sexual: comentários a partir de leituras sobre turismo sexual. In: CACERES, Carlos F.; FRASCA, Tymothy. **Sexualidad, estigma y derechos humanos: desafíos para el acceso a la salud en América Latina**. Lima: FASPA/UPCH, 2006. p. 223-251.

PISCITELLI, A. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11, p. 141-155, 1 jan. 2013.

PETRY, A.; MEYER, D. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, jan./jul. 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. Á. D. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface**, Botucatu, v. 16, n. 42, p. 637-649, set. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/36WqCdb>. Acesso em: 8 fev. 2018.

SANTOS, A. Transexualidade e travestilidade: conjunções e disjunções. In: COELHO, M.T. Á. D.; SAMPAIO, L. L. P. (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 79-101.

SANTOS, A. J.; MARTINS, M. A. **Transgêneros e a mídia: o prazer clandestino na noite versus a inserção no mercado formal de trabalho**. [S. l.]: Webartigos, 14 ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2BsLrBB>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SANTOS, R. S.; SPINDOLA, T. Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa(dora)? **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 119-126, 2003.

SEGNINI, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-81, 2000.

SILVA, A.; BARROS, C.; NOGUEIRA, M.; BARROS, V. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico. **Estudos em Psicologia**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

SILVA, F. MELO, I. Psicologia e a despatologização da transexualidade. **Tempus: actas de saúde colet**. Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 81-95, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/34K1Rjy>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SILVA, J.; ORNAT, M.; CABRAL, V.; LEE, D.; RIQUELME, F. Quando uma trans é morta, outras mil se levantam!: transnecropolítica e transresistência no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasília, DF: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2XrztRi>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, S. G. A masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, DF, ano 20, n. 3, p. 8-15, 2000.

SILVA, S. V. M. Transexualidade e discriminação no mercado de trabalho. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3301, 15 jul. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2U2uc0o>. Acesso em: 24 abr. 2019.

SOUZA, H. A.; BERNARDO, M. H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas**, Natal, n. 11, p. 157-175, 2014.

SOUZA, H. A. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. Dissertação. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2012.

VALE, A. F. C. **O vôo da beleza**: travestilidade e devir minoritário. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

VERAS, E. F. **Travestis**: carne, tinta e papel. 2. ed. Curitiba: Appris, 2019.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; TOLFO, S. R. Cultura organizacional. *In*: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 491-526.

APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

DEFINIÇÃO DO PERFIL:

- Idade
- Escolaridade
- Orientação sexual
- Identificação com relação ao gênero

HISTÓRIA DE VIDA

a) Corpo

- Relate como iniciou e ocorreu seu processo de transformação?
- Quais as dificuldades que enfrentou socialmente?

b) Relações pessoais

- Como se estabelece o ciclo de amizade atual?
- Qual a fase de sua vida foi mais difícil infância, adolescência ou a atual?

c) Mercado de trabalho

- Relate qual foi o seu primeiro emprego e como se inseriu?
- Quais as dificuldades que enfrentou em sua trajetória profissional?
- Como você enxerga o trabalho de acordo com suas vivências laborais?
- Emprego atual

d) Futuro

- O que deseja realizar em sua vida em termos profissionais?
- Quais as mudanças no corpo que você ainda deseja realizar?